



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS**

**NATÁLIA DORINI DE OLIVEIRA**

**HISTÓRIA E MEMÓRIA DA PRÁXIS SINDICALISTA DA ADUNESP:  
POLÍTICA, IDEOLOGIA E SOCIEDADE (1976-1985)**

MARÍLIA, SP

2018

**NATÁLIA DORINI DE OLIVEIRA**

**HISTÓRIA E MEMÓRIA DA PRÁXIS SINDICALISTA DA ADUNESP:  
POLÍTICA, IDEOLOGIA E SOCIEDADE (1976-1985)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília, para a obtenção do título de Mestre em Educação.  
Linha de Pesquisa: Políticas Educacionais, Gestão de Sistemas e Organizações, Trabalho e Movimentos Sociais.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Silvana Fernandes Lopes

**MARÍLIA, SP**

**2018**

Oliveira, Natália Dorini de.  
O48h História e memória da práxis sindicalista da Adunesp:  
política, ideologia e sociedade (1976-1985) / Natália Dorini  
de Oliveira. – Marília, 2018.  
95 f. ; 30 cm.

Orientadora: Silvana Fernandes Lopes.  
Dissertação (Mestrado em Educação) –  
Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de  
Filosofia e Ciências, 2018.  
Bibliografia: f. 92-95

1. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita  
Filho”. 2. Professores. 3. Memória coletiva. 4.  
Sindicalismo. 5. História social. I. Título.

CDD 331.88

Ficha catalográfica elaborada por  
André Sávio Craveiro Bueno  
CRB 8/8211  
Unesp – Faculdade de Filosofia e Ciências

**NATÁLIA DORINI DE OLIVEIRA**

**HISTÓRIA E MEMÓRIA DA PRÁXIS SINDICALISTA DA ADUNESP:  
POLÍTICA, IDEOLOGIA E SOCIEDADE (1976-1985)**

Dissertação para obtenção do título de Mestre em Educação, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília, na área de concentração de Educação.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Silvana Fernandes Lopes – UNESP – Campus de Marília (Orientadora)

---

Prof. Dra. Angélica Lovatto - UNESP – Campus de Marília

---

Prof. Dr. Henrique Tahan Novaes – UNESP – Campus de Marília

Marília, 26 de fevereiro de 2018.

*Aos desaparecidos políticos.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à professora Silvana Lopes Fernandes por sua disposição em me orientar, por sua paciência e cumplicidade sempre. Obrigada, professora, por acreditar nesta pesquisa, por estar pronta para ouvir e falar. Pelo cuidado e carinho comigo.

Ao professor Carlos Brandão, professor durante a graduação, primeiro contato após alguns anos de formada, que abriu as portas do grupo de estudos para mim, tornando-se um amigo querido, presente nos momentos mais difíceis.

Agradeço também as orientações da professora Angélica Lovatto, que esteve comigo na qualificação e na defesa, assim como em todo o percurso da pesquisa. Muito obrigada pelas sugestões que foram dando mais identidade ao trabalho, pelo auxílio no acesso às fontes, pela escuta e disposição. Esta pesquisa é sua também.

Agradeço também ao professor Henrique Novaes, sempre pronto a ajudar, compreendendo as dificuldades do caminho e me trazendo clareza.

Agradeço a todos os funcionários da Unesp-Marília, especialmente à Denise Gomes Martins, da secretaria de pós-graduação e à professora Profa. Dra. Graziela Zambão Abdian. Agradeço também aos funcionários do CEDEM e da ADUNESP que sempre tão gentis e solícitos, resolveram os perrengues da vida acadêmica, à professora Anna Maria Martinez Correa por toda a sua dedicação e empenho em sua pesquisa e na constituição do CEDEM, parte desta pesquisa só foi possível devido ao trabalho desta pesquisadora e sua equipe. Agradeço ainda o diretor da ADUNESP, João da Costa Chaves Junior, por dispor de seu tempo para uma conversa esclarecedora sobre sindicalismo docente, pelo seu apoio inclusive no dia da defesa.

Ainda, neste sentido, agradeço aos meus professores de graduação (História na FCL de Assis, entre 2005 e 2008), pois a base para esta pesquisa vem do meu caminho enquanto historiadora e professora para então aprender a ser pesquisadora. Foi a licenciatura em História que me possibilitou fazer esta análise sobre o período estudado.

Agradeço aos meus pais, Marcos Antônio de Oliveira e Silvia Regina Dorini de Oliveira e a meu irmão, Rafael Dorini de Oliveira, que compreenderam as ausências e os silêncios, me amparando sempre, também ao meu falecido cachorro, o Bê, que esteve sempre me fazendo companhia na hora da escrita, que me esperava chegar de Marília ou de qualquer outro lugar, que me deu tanto amor nesses anos. Agradeço a toda a minha família, meus avós Lúcia Olivatto de Oliveira, Joaquim Brás de Oliveira, Nilza Alberto Dorini e, em especial ao Antônio Nilson Dorini (*in memoriam*), que tanto me esperou. De alguma forma, agradeço também às gerações passadas.

Obrigado aos meus companheiros de estrada, com quem tanto aprendi. A minha amiga-irmã Natália Sganzella, que sempre me apoiou e inspirou nesta empreitada, animando nos momentos difíceis, analisando o texto, a pesquisa, sempre atenta e disposta. À amiga Patrícia

Ferreira, pela escuta e aconchego, pelos abraços e cumplicidade, pelos *deslocamentos do feminino*, por ver o mundo comigo. Também a amiga Ana Paula Romano, parceira desde os tempos da graduação, agora parceira do grupo de estudos e do mestrado, sempre juntas.

Agradeço também ao meu namorado, o historiador Eduardo Amando de Barros Filho. Agradeço pela leitura que fez sobre a pesquisa, me ajudando a compreender melhor o período. Obrigada por ser presente, principalmente nestes momentos finais. Obrigada por toda a parceria. Agradeço também à Maria Lúcia, minha sogra, Celso Corrêa e Romilda, amigos dessa família tão querida, por todo o incentivo nos momentos finais, pelo carinho e cuidado recebido.

Agradeço ainda aos amigos de várias datas e lugares, Nathalia Dalio, Carol, Ju, Rúbia (parceria nas caronas para Marília), Rafa (Forfa), Giovanna, Edvaldo, Vanessa Bonfá, Marina Catalan, Camila Stelzer e família, Andrea, Flávia Hiroki e família, ao pessoal da pós, Thamires, Caio Blois, Nathanael, Douglas, Kamila e Bruna Sasso. Também ao Gustavo Valim e família, ao Chico, Marisa, Thiago e Danilo Ruiz muito presentes no início dessa empreitada, também à Amanda Destro companheira de anos e à Michele Dálio, tão acolhedora sempre. Amigos espalhados por várias cidades, alguns fora do estado de São Paulo, mas todos presentes, todos no coração. Tanta gente que fez parte dessa travessia.

Não poderia me esquecer da professora Eveline Ignácio da Silva, minha orientadora na especialização em Psicopedagogia na USC (Bauru/SP), uma das pessoas que me inspirou e me incentivou a prestar o mestrado. Muito, mas muito obrigada.

Em especial, agradeço ao Colégio La Salle de Botucatu, onde comecei e continuo minha docência, são anos de confiança e aprendizado. Agradeço por toda a compreensão nas faltas para cumprir disciplinas, pesquisar, entre outros. Muito obrigada por confiarem em mim e no meu trabalho. Agradeço imensamente ao meu coordenador e amigo Marcos Luciano Corsatto (coisa fofa), ao meu amigo Rafael Suman Tassi e à minha amiga Sandra Rufatto, pela simplicidade na forma de lidar com a vida, pelo ânimo e carinho sempre.

Agradeço ainda ao Colégio Casimiro Montenegro Filho (EMBRAER) e meus colegas de lá, e em especial ao amigo Luciandro Pereira Sodré, que sempre me incentivou a continuar estudando e que tantas barras quebrou para mim; também   ETEC Dr. Domingos Minicucci Filho (Industrial). Agradeço aos meus alunos, sempre parceiros e atenciosos também.

A todos a minha gratidão.

*Eu já estou com o pé nessa estrada  
Qualquer dia a gente se vê  
Sei que nada será como antes, amanhã  
Que notícias me dão dos amigos?  
Que notícias me dão de você?  
Alvoroço em meu coração  
Amanhã ou depois de amanhã  
Resistindo na boca da noite um gosto de sol  
Num domingo qualquer, qualquer hora  
Ventania em qualquer direção  
Sei que nada será como antes amanhã  
Que notícias me dão dos amigos?  
Que notícias me dão de você?  
Sei que nada será como está  
Amanhã ou depois de amanhã  
Resistindo na boca da noite um gosto de sol*

Nada será como antes. Milton Nascimento – 1976.

## RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo apresentar e analisar a História e Memória da ADUNESP, primeira associação docente criada após o golpe de 1964. Fundada em junho de 1976, seis meses após a unificação dos Institutos Isolados de Ensino Superior (IIES) transformados em universidade, a ADUNESP configurou-se como um movimento de resistência às medidas autoritárias tomadas na gestão universitária da UNESP, assim como contra o regime ditatorial brasileiro. A pesquisa teve como recorte histórico os anos entre 1976 e 1985, ou seja, desde sua fundação até o início do processo de abertura política brasileira. A partir da consciência de classe dos docentes, o sindicato reivindicou melhorias nas condições de trabalho, no salário e buscou espaço para a participação na gestão da universidade, lutando pela democracia, contrariando a ordem vigente. Também se mobilizou e participou de processos políticos que estiveram ligados à resistência contra a ditadura brasileira, constituindo-se como sujeito político coletivo. Para tanto, esta escrita pauta-se em processos históricos: o contexto externo engloba a polarização mundial entre capitalismo e socialismo real e suas consequências na América Latina, como os golpes militares; o contexto interno engloba o campo político e educacional, e a história da ADUNESP – fundação e organização, somados à história do sindicalismo docente, por meio de jornais, panfletos, fontes bibliográficas, e algumas entrevistas com personalidades que fizeram parte da ADUNESP. Usando como base teórica o materialismo histórico dialético, buscou-se compreender professores universitários sindicalizados por meio da ADUNESP como uma categoria social.

Palavras-chave: sindicalismo docente, ADUNESP, UNESP, história e memória social da educação, lutas sindicais.

## ABSTRACT

The aim of this project is to present and analyze the History and Memory of ADUNESP, the first labor union created after the 1964 coup d'état in Brazil. Founded in July 1976, six months after the unification of the Institutos Isolados de Educação Superior (Isolated Institutes for Higher Education) transformed into university, ADUNESP became a resistance to the authoritarian measures taken at UNESP's management, as well as to the Brazilian dictatorial regimen. The research focused on the period of 1976-1985, that is, from the coup d'état to the beginning of the country's re-democratization. Based on the professor's class consciousness, the labor union called for better working conditions and better wages as well as more faculty influence in the university management, fighting for democracy and going against that time's establishment. It also mobilized forces and took part on political processes related to the resistance to the dictatorial regimen in Brazil, becoming a collective political subject. This dissertation is based on historical processes: the international context brings the world polarization between capitalism and real socialism and its consequences to Latin America such as military coup d'états; domestically, it covers the fields of politics and education, and the history of ADUNESP – its founding and organization connected to faculty unionism through magazines, leaflets, bibliographical references and interviews with personalities who were part of ADUNESP's staff. Using dialectical historical materialism as the theoretical basis, this project studies university professors as a social category.

Keywords: teacher unionism, ADUNESP, UNESP, history and social memory of education, union struggles.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ABC paulista – Santo André, São Bernardo e São Caetano do Sul, às vezes ABCD, onde se inclui Diadema. Região industrial do estado de São Paulo.

ADUNESP – Associação dos Docentes da UNESP.

AI – Ato Institucional

ANDES – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

ANPUH - Associação Nacional de História

APEOESP – Sindicato dos Professores do Ensino Oficial de São Paulo.

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

ASI – Assessorias de Segurança e Informação

CEDEM – Centro de Documentação e Memória da UNESP

CEE – Conselho Estadual de Educação

CESESP – Coordenadoria do Ensino Superior do Estado de São Paulo

CGT – Comando Geral dos Trabalhadores

CNV – Comissão Nacional da Verdade

CVUnesp – Comissão da Verdade da UNESP

C.O. – Conselho Universitário

CSP – Central Sindical e Popular

DOI-CODI – Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

DSN – Doutrina de Segurança Nacional

ESG – Escola Superior de Guerra

EUA – Estados Unidos da América

FFCL – Faculdade de Filosofia Ciências e Letras

FFLCH – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

GRUTA – Grupo de Teatro Amador

IIES – Institutos Isolados de Ensino Superior

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais

IPM – Inquérito Policial Militar

LDB - Lei de Diretrizes e Bases

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MEC - Ministério da Educação

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PSD – Partido Social Democrático

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PUC-SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

SEE - Secretaria Estadual de Educação

UDN – União Democrática Nacional

UFSCar - Universidade Federal de São Carlos

UNE – União Nacional dos Estudantes

UNESP - Universidade Estadual Paulista

UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USAID - United States Agency for International Development

USP - Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO: O OBJETO E SUA PROBLEMÁTICA</b> .....	14
<b>1. CONCEITUAÇÃO TEÓRICA</b> .....	21
1.1 A formação da consciência de classe .....	24
1.2 Consciência de classe docente .....	28
1.3 Os docentes da UNESP e a formação de sua consciência de classe.....	31
1.4 Os trabalhadores em educação e o mundo do trabalho .....	38
<b>2. DA FORMAÇÃO DOS INSTITUTOS ISOLADOS DE ENSINO SUPERIOR À FUNDAÇÃO DA UNESP E DA ADUNESP</b> .....	42
2.1 Os Institutos Isolados de Ensino Superior (IIES) .....	42
2.2 O golpe .....	48
2.3 As ações da ditadura e os IIES .....	54
2.4 A fundação da UNESP .....	66
2.5 A fundação da ADUNESP .....	68
<b>CONCLUSÃO</b> .....	90
<b>Anexo A – Lista de chapas dirigentes da ADUNESP entre 1976 e 1986</b> .....	94
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	95

## INTRODUÇÃO – O OBJETO E SUA PROBLEMÁTICA

Esta dissertação teve como objetivo apresentar e analisar a história e memória da Associação dos Docentes da Universidade Estadual Paulista (ADUNESP) - Seção Sindical, propondo-se a resgatar e compreender sua atuação nos embates do período eleito, 1976 a 1985, marcado pela ditadura civil-militar brasileira<sup>1</sup>. Esta pesquisa está inserida em um projeto mais amplo que visa discutir os embates históricos, políticos e sociais do docente universitário na América Latina; neste sentido, volta-se, especificamente, para o sindicalismo docente na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, por meio da Associação dos Docentes da UNESP, ADUNESP Seção Sindical<sup>2</sup>.

Procura entender em uma dimensão histórico-crítica pautada no materialismo histórico, mas não somente neste pressuposto teórico, as práticas sociais em um determinado tempo e espaço, compreendendo a presença dos docentes universitários e os seus esforços organizativos e sindicais inseridos nas lutas sociais, que se têm constituído como parte inalienável da conquista democrática brasileiro.

Segundo Gindin e Melo (2011), a produção acadêmica sobre sindicalismo tem crescido nos últimos anos, sendo abordada de formas diversas, como reconstrução histórica, proletarização dos docentes, ou colocando os trabalhadores em educação como atores da política. Nesse aspecto, esta pesquisa mostra-se relevante, pois dimensionaremos o contexto das lutas políticas e o que estava em jogo naquele momento, trazendo à tona a história, memória e práxis da ADUNESP.

Há que se considerar também o valor dos trabalhadores em educação como sujeitos políticos, assim, é de tamanha relevância registrar a história dessas lutas que morrerão se não forem contadas. A memória aparece aqui como forma de resistência política e nos dá outras perspectivas sobre o passado, além de diversificar as fontes de pesquisa, na busca por uma compreensão mais ampla sobre o período estudado.

---

<sup>1</sup> Há um debate acerca do termo utilizado para o período eleito, ditadura civil militar, pelo apoio populacional, mas também ditadura empresarial militar, visto o apoio do empresariado. Para esta pesquisa utilizaremos o termo civil-militar, mas não descartando que este civil é um termo complexo em que se configura a camada empresarial.

<sup>2</sup> A ADUNESP é uma subseção do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), que possui sede em Brasília (DF), filiado à Central Sindical e Popular Conlutas (CSP – Conlutas).

Assim, compreendemos que as práticas sindicalistas dos docentes estão imbricadas também ao seu mundo privado, as suas experiências e percepções da realidade, somando-se ao mundo coletivo, na construção da práxis sindical do período.

O recorte cronológico para esta análise (1976 a 1985) justifica-se por abranger a fundação do sindicato ADUNESP, as lutas contra o fechamento dos cursos, contra a mudança de campus dos cursos e dos docentes, de forma autoritária, na busca por eleições para a reitoria, na problematização da criação de estatutos, na proposta de uma universidade democrática, em sintonia com as lutas pela abertura política brasileira, como, por exemplo, o movimento “*Diretas Já*”. Entretanto, fez-se necessária a exploração de outra datação para a compreensão da fundação da UNESP e assim, da ADUNESP; voltamo-nos para as décadas de 1950 e 1960 quando da formação dos Institutos Isolados de Ensino Superior (IIES) do Estado de São Paulo, período de expansão do Ensino Superior para o interior do estado.

Este recuo para a década de 1950 nos permite compreender o que existia antes da fundação da UNESP e quais foram seus percursos. Ter conhecimento sobre os precedentes nos oferece um campo de visão mais amplo sobre a história e práticas docentes, permitindo entender melhor nosso objeto de pesquisa.

Para esta pesquisa utilizamos documentos disponibilizados pelo acervo da ADUNESP Central cuja sede encontra-se em São Paulo, como revistas comemorativas, panfletos e agendas; também foram utilizados documentos relacionados à UNESP, disponibilizados pelo Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM), o relatório sobre a Comissão da Verdade da UNESP elaborado pela professora Anna Maria Martinez Corrêa, o livro *Tenho Algo a Dizer*, organizado pelos professores Anna Maria Martinez Corrêa, Antônio Celso Ferreira, Clodoaldo Meneguello Cardoso e Maria Ribeiro do Vale, além da bibliografia consultada.

O material coletado nos auxiliou a compreender a comunicação da instituição com os seus docentes, assim como a escrita de sua história. Nesse sentido, a opção pela análise documental tem um enorme valor como fonte de pesquisa, como asseguram André e Lüdke (2013, p.45).

Os documentos constituem também uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador. Representam ainda uma fonte ‘natural’ de informação. Não são apenas uma fonte de

informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto.

Somam-se aos documentos coletados, a entrevista<sup>3</sup> com os docentes participantes da ADUNESP, numa perspectiva de contar e construir a história e a memória do sindicato.

Não descartamos as fontes orais como um recurso para compreensão de alguns fenômenos sócio-políticos, além de histórias de vida. Nesta pesquisa, a fonte oral será utilizada como parte integrante dos documentos, da constatação e organização da memória histórica. Essas informações muitas vezes aparecem como uma colcha de retalhos, a ser costurada pelas teorias norteadoras da investigação e, na medida em que elucidam determinadas faces do processo histórico, ocultadas pela limitação dos documentos escritos, possibilitam a maior compreensão dos fatos.

Podemos ficar atentos a muitos problemas que essas mesmas fontes nos colocam, já que o terreno da subjetividade pode-nos “enganar”, porém, essa fonte de pesquisa não deve ser ignorada na construção da memória histórica, do conhecimento sobre o nosso objeto.

Trabalhar com história oral e memória, segundo Pierre Nora (1993), é trabalhar com oposições.

A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido do eterno presente; a história, uma representação do passado. (NORA, 1993, p.8)

A memória constitui-se como parte da história oral e está diretamente ligada à formação da identidade, estruturando-se dialeticamente na escrita desta pesquisa. “Do vínculo com o passado se extrai a força para a formação da identidade” (BOSI, 2003, p.16). As narrativas do passado encontram-se permeadas de sentido que se alteram, mesmo na narrativa coletiva, “(...) parece que há sempre uma narrativa coletiva privilegiada no interior de um mito ou de uma ideologia. E essa narrativa explicadora e legitimadora serve ao poder que a transmite e difunde” (BOSI, 2003, p. 17-18). Ao

---

<sup>3</sup> Depoimentos coletados pelo CEDEM no projeto Memória da Universidade.

recorrer às indicações metodológicas de Bosi (idem) não significa que nos limitaremos a narrar fatos, pretendemos reconstituir um legado de lutas históricas e, por isso, não abriremos mão de analisar a relação aparência-essência, conectando os fenômenos à materialidade das condições históricas brasileiras.

A história não é o passado – a história é o passado enquanto ele é historicizado no presente – historicizado no presente porque foi vivido no passado [...] o fato de o sujeito reviver, rememorar, no sentido intuitivo da palavra, os acontecimentos formadores de sua existência, não é em si mesmo algo realmente importante. O que conta é o que ele reconstruiu [...] Eu diria que no final das contas, o que realmente se trata é menos de se lembrar do que reescrever a história. (LACAN, 1981, p.19-20).

O projeto Memórias da Universidade, realizado pelo CEDEM, colheu depoimentos de personagens que fizeram parte da história da UNESP e da ADUNESP. Alguns desses depoimentos foram organizados e publicados no livro *Tenho Algo a Dizer. Memórias da UNESP na Ditadura Civil-Militar (1964 – 1985)*. Tais depoimentos nos auxiliam na compreensão dos fatos citados nesta dissertação, como a relação do Estado durante a Ditadura com os Institutos Isolados de Ensino Superior, a formação da UNESP e a formação da ADUNESP. São histórias de vida que orientam e dão sentido aos momentos referidos.

Iremos expor alguns depoimentos de professores ligados à ADUNESP, como do professor Antônio Quelce Salgado, João Francisco Tidei Lima, José Roberto Tozoni Reis, Luís Carlos da Rocha, Osonor Fonseca, Reinaldo Ayer de Oliveira e Ulysses Telles Guariba Neto. Além destes depoimentos, estava previsto o da professora Anna Maria Martinez Correa que, por motivos de saúde, não pôde nos conceder.

Os depoimentos utilizados são parte da vida destes professores, ainda que sejam sobre uma prática coletiva, fazem parte da vida privada também de cada um que se dispôs a resistir e lutar contra o autoritarismo. De alguma forma são a vanguarda da UNESP e da ADUNESP. É importante trazer à tona aquilo que se não for contado se perderá nos campos da memória, é importante registrar suas experiências que configuraram-se nas práticas sindicalistas de um período tão difícil como o da ditadura brasileira.

O tema tem sido alvo de debates na história presente, não se esgota e, infelizmente, existem muitos “mitos” cultivados por parte grande mídia ou opinião pública. Assim, é urgente expor a ferida, mostrar os danos causados por vinte e um anos

de autoritarismo, censura, torturas, assassinatos. Essas narrativas da memória aparecem como uma possibilidade maior de clareza sobre as ações do Estado. Ainda hoje são formas de resistência, pois contar passa pelo reviver, sentir outra vez.

Para que possamos viver a democracia, desenvolver a cidadania é preciso que conheçamos nosso passado, é preciso que compreendamos o presente e os processos históricos, isso faz parte da identidade de um povo. A memória histórica tem sido um campo de disputa nas relações de poder, assim, cabe-nos mencionar o pensamento do professor Clodoaldo, que tanta lucidez nos traz.

As narrativas do passado, alegres ou tristes, modulam nossa identidade, nos ensinam a viver com consciência o presente e a preparar o futuro. É fundamental manter a memória viva para que as lindas histórias nunca se acabem e as tristes, jamais voltem a acontecer. Mas nem todos pensam assim. Os poderosos que causaram o sofrimento injusto procuram apagar ou ocultar o passado para enfraquecer o espírito do povo. Eles sabem que povo sem memória viva é um povo culturalmente frágil. Por isso, o esforço do resgate da memória de tempos sombrios é sempre uma luta de resistência, uma luta de libertação. (CARDOSO, 2014, p. 18-19).

O período ditatorial brasileiro foi o período de fundação da UNESP e da ADUNESP, as histórias de vida dos professores são também a história da universidade e do sindicato. Havia a tentativa de destruição do campo da esquerda política e construção da hegemonia direita burguesa, através de acordos com EUA, de alianças empresariais.

Assim, para compreender a ADUNESP neste primeiro momento de sua história, consideramos nos apoiar nas memórias e na história oral como fontes de pesquisa, sem descuidar dos processos históricos envolvidos. O mesmo cuidado também vale para a análise dos documentos escritos, pois não estamos lidando com uma “verdade dada”, é preciso interrogar e contextualizar. O contar e (re) interpretar fatos vivenciados, ou transmitidos pelo mundo coletivo é algo alimentado por ideias e valores que dão identidade ao indivíduo e, neste caso, à classe dos docentes sindicalizados. “O conjunto das lembranças é também uma construção social do grupo em que a pessoa vive e onde coexistem elementos da escolha e rejeição em relação ao que será lembrado” (BOSI, 2003, p. 54).

Assim como Bosi, Alberti (2004) é um autor que indica como essa construção está diretamente ligada à história oral e seus métodos de análise, para ele, a história oral seria

(...) um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica, etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Como consequência, o método da história oral produz fontes de consulta (as entrevistas) para outros estudos, podendo ser reunidas em um acervo aberto a pesquisadores. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, conjunturas, etc. à luz de depoimentos de pessoas que deles participaram ou os testemunharam. (ALBERTI, 2004, p. 18).

Objetivamos dialogar fonte oral com fonte escrita, conectar memória e identidade ao contexto histórico amplo. No conjunto dos processos históricos, Portelli (1997, p.131) nos ressalta que as “(...) fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e agora o que pensa que fez”, assim, é a construção da narrativa que nos interessa, interrogando-a, contextualizando-a, mas, sobretudo, compreendendo os processos passados pelos indivíduos que formaram a ADUNESP.

Ainda hoje existem muitos posicionamentos acadêmicos “desconfiados” sobre a veracidade da história oral, como se fosse algo que acabasse com a fonte escrita e sua racionalidade, como se uma das duas fontes de pesquisa (oral ou escrita) falasse por si mesma, sem precisarem ser analisadas, questionadas, duvidadas. Portelli (1997) afirma que,

Fontes orais são aceitáveis, mas com uma credibilidade diferente. A importância do testemunho oral pode se situar não em sua aderência ao fato, mas de preferência em seu afastamento dele, como imaginação, simbolismo e desejo de emergir. Por isso, não há ‘falsas’ fontes orais. Uma vez que tenhamos checado sua credibilidade factual com todos os critérios estabelecidos do criticismo filológico e verificação factual que são requeridos por todos os tipos de fontes em qualquer circunstância, a diversidade da história oral consiste no fato de que as afirmativas ‘erradas’ são ainda psicologicamente ‘corretas’, e que esta verdade pode ser igualmente tão importante quanto os registros factuais confiáveis. (PORTELLI, 1997, p.32)

Ainda sobre as fontes orais e sua relação com as fontes escritas.

Na realidade as fontes escritas e orais não são mutuamente excludentes. Elas têm em comum características autônomas e funções específicas que somente uma ou outra pode preencher (ou que um conjunto de fonte preenche melhor que a outra). Desta forma requerem instrumentos interpretativos diferentes e específicos. Mas a depreciação e a supervalorização de fontes orais terminam por cancelar as qualidades específicas, tornando estas fontes ou meros suportes para fontes tradicionais escritas, ou cura ilusória para todas as doenças. (PORTELLI, 1997, p.26)

Assim sendo, a escrita da história, memória e práxis da ADUNESP foi feita, nesta dissertação, por meio do diálogo entre as fontes de pesquisa, tanto as orais quanto as escritas, relacionadas ao seu contexto.

No capítulo I fizemos um levantamento teórico sobre a formação da consciência de classe, primeiramente de forma geral, para então chegarmos à formação da consciência de classe dos docentes e, especificamente, dos docentes da UNESP.

No capítulo II abordamos a formação dos Institutos Isolados de Ensino Superior (IIES) no interior do estado de São Paulo, durante as décadas de 1950 e 1960, passando pelo golpe civil-militar (1964-1945) e suas implicações na Educação e nos campi, assim como a fundação da UNESP, sob esta perspectiva, de autoritarismo político e, a fundação da ADUNESP como forma de resistência dos docentes. Ainda neste capítulo foram abordadas as intervenções ditatoriais na vida dos docentes da UNESP, suas trajetórias e ações sindicais.

Ainda no capítulo II, somada à fonte escrita, utilizamos a fonte oral, as entrevistas que estão no acervo do CEDEM, no livro *Tenho algo a dizer* e no relatório parcial da Comissão da Verdade da UNESP, redigido pela professora Anna Maria Martinez Correa.

## 1. CONCEITUAÇÃO TEÓRICA

A base da teoria materialista (histórico-dialética) centra-se nas obras de Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820 – 1903), autores que analisaram problemas sociais estruturais e conjunturais, relacionados ao sistema capitalista pós-revolução industrial. Assim, por meio das contradições surgidas nos processos históricos, de acordo com as condições materiais, foi possível compreender historicamente nosso objeto de pesquisa, a Associação dos Docentes da UNESP - ADUNESP, durante os anos de 1976 a 1985.

Thompson (1981) elucida bem a questão situando o método marxista-engelsiano na historiografia:

O materialismo histórico propõe-se a estudar o processo social em sua totalidade; isto é, propõe-se a fazê-lo quando este surge não como mais uma história ‘setorial’ – como história econômica, política ou intelectual, como história do trabalho, ou como ‘história social’ definida também como mais um setor – mas como uma história total da sociedade, na qual todas as outras histórias setoriais estão reunidas. Propõe-se a mostrar de que modos determinados cada atividade se relacionou com a outra, qual a lógica desse processo e a racionalidade da causação. (THOMPSON, 1981, p.82)

Pensar nosso objeto de estudo por meio deste método é compreendê-lo em seu contexto, localizando-o no tempo e no espaço, compreendendo suas relações de maneira dialética, o que também evita incorrer em anacronismos e generalizações equivocadas. O processo histórico real, portanto, nos instiga a compreender o sindicalismo docente como parte do sindicalismo e do mundo do trabalho, constituindo-se de maneira dinâmica e multifacetário, sendo uma construção social, fomentada pelas experiências de vida, tanto no âmbito coletivo das instituições e organizações sociais, quanto das singularidades individuais.

Desde o princípio da história humana as necessidades de sobrevivência impuseram possibilidades que se transformaram em concretude, desde que o trabalho passou a ser o principal aspecto de produção da existência. O trabalho permitiu um salto ontológico que traduziu a formação de um ser social, isto quer dizer que, transformar a natureza em objetos úteis à subsistência além de promover transformações sobre o próprio sujeito humano, impulsionou o desenvolvimento da sociabilidade através do trabalho cooperativo-coletivo. Dessa forma, culminando na organização de grupos

transformadores do espaço natural em espaço geográfico e ao mesmo tempo, como mencionado, proporcionando a produção de bens materiais para facilitar sua sobrevivência. Essas transformações, por sua vez, determinaram relações de produção e, seu posterior desenvolvimento engendraram formas de controle e poder tanto político quanto econômico e social.

Na medida em que as forças produtivas se desenvolviam tanto o âmbito individual quanto no coletivo, as condições subjetivas e objetivas para a formação da identidade, da consciência de classe, também se desenvolviam. Entretanto, o desenvolvimento de forças produtivas que determinaram a divisão social do trabalho e a propriedade privada promoveram diferenciações tanto nas relações sociais de produção quanto na consciência individual e coletiva. Sobre este aspecto, Marx (1987, p.82) evidencia que “o modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina a realidade; ao contrário, é a realidade social que determina sua consciência”. Para o autor, é no trabalho que o homem obtém maior consciência de seu domínio sobre as forças naturais; essa consciência dos homens no trabalho varia na história conforme o estágio das forças produtivas alcance maior ou menor grau.

Em uma sociedade onde prevalece a divisão trabalho manual e intelectual e propriedade privada, a coletividade cindiu-se em classes antagônicas e, contraditoriamente, o trabalho, na forma alienada, tornou-se cada vez mais explorado como forma de dominação. Nas sociedades cindidas em classes, a consciência social, isto é, coletiva de uma ou mais, tende a ser cada vez mais fragmentada.

Sobre trabalho e consciência, Dal Rosso (2008) partindo da teoria marxista assinala que,

O trabalho é a transformação da natureza realizada pelos seres humanos empregando para isso, meios e instrumentos a seu dispor e seguindo um projeto mental. Quando um projeto mental se atualiza na prática, os sujeitos que o realizam gastam um volume variável de suas energias físicas ou psíquicas. (DAL ROSSO, 2008, p.20)

Os processos históricos e as relações sociais de trabalho não se apresentam de forma linear. Com a divisão social do trabalho, trabalho manual *versus* trabalho intelectual, divisão campo e cidade, entre outros, as relações sociais ficaram sujeitas às permanências e rupturas, avanços e recuos, de acordo com as condições materiais e, na

correlação de forças entre classes antagônicas, podem aparecer oportunidades políticas e percepções da população sobre o que vive, engendrando consciência sobre lutas políticas, podendo aparecer de forma mais latente. Estes são pressupostos para a formação da identidade coletiva. Assim, segundo Marx (1985), as condições econômicas influenciam na consciência, as condições materiais fazem parte da formação da identidade.

As condições econômicas tinham transformado a massa do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum de interesses comuns. Assim, essa massa já constitui uma classe em relação ao capital, porém, não para ela mesma. Na luta da qual assinalamos algumas fases, essa massa se reúne, constitui-se em classes por si própria. Os interesses que ela defende tornam-se interesses de classe. A luta, porém, entre classe e classe é uma luta política. (MARX, 1985, p. 159)

Esses elementos são de suma importância para compreendermos e situarmos nosso objeto de pesquisa, a luta constrói a consciência. Entendemos ser necessária uma análise histórica das relações e experiências vividas naquele momento onde o sindicalismo docente atuou de forma histórica numa conjuntura de lutas sociais no Brasil.

Como ressalta Thompson (1987, p 11), “se lembrarmos de que classe é uma relação, e não uma coisa, não podemos pensar dessa maneira [mecânica]”. Para Thompson, é a experiência que desenvolve a consciência, resultado de uma construção histórica e cultural, fugindo de uma concepção mecanicista de classe social; por meio das lutas, por meio das vivências é que a consciência se constrói. Através desses lineamentos mais gerais intentamos capturar o movimento real do nosso objeto de pesquisa, a ADUNESP - Seção Sindical, observando seu surgimento no momento em que o mundo se encontrava polarizado entre Estados Unidos da América e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (EUA E URSS, respectivamente), em uma disputa pela hegemonia, entre capitalismo e socialismo real, conhecido por Guerra Fria. Neste período, de maneira geral, a América Latina sofreu golpes de Estado e militares assumiram o poder, com o apoio dos Estados Unidos, para, entre outros fatores, conter uma possível revolução socialista, como a que havia ocorrido em Cuba (1959).

Em 1964, “sofremos” um golpe militar, que instituiu o regime ditatorial por vinte e um anos, retirando do poder o presidente constitucionalmente eleito (João

Goulart). Deflagrada a ditadura civil-militar, os direitos civis e políticos foram cerceados ao conjunto da composição social e política, foram perseguidos àqueles contrários à nova ordem, com cassação de mandatos. Prisões, torturas, exílios e assassinatos passaram a fazer parte de um conjunto de práticas visando eliminar forças políticas de esquerda ou contrárias ao regime. Na esteira desses acontecimentos se tornavam mais estreitos os vínculos econômicos e políticos entre Brasil e Estados Unidos, por meio de acordos, estimulando políticas educacionais (acordo MEC-USAID<sup>4</sup>) e políticas financeiras, que deixaram dívidas e mitos como o do “milagre econômico” ou da “ausência de corrupção”.

Diante desta conjuntura, os professores da recém-fundada UNESP, organizaram-se de forma sindical, lutando por uma universidade democrática e acessível, em consonância com os movimentos brasileiros contra a ditadura.

## 1.1 FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA DE CLASSE

Quando pensamos no sindicalismo docente, pensamos também na formação da consciência de classe que pressupõe esta organização. Problematizamos sobre o que fez surgir, naquele momento, esta consciência. São muitas as contradições humanas e nada é exato e imutável no nível da consciência, nem no da materialidade. As lutas e transformações históricas eclodem e seu movimento está em processo de reelaboração constante das forças produtivas, das relações de produção, da produção de ideias, das subjetividades coletivas. Portanto, objetividade e subjetividade se movimentam historicamente e expressam o grau de consciências das classes na história.

Uma das questões que se coloca em grupos de pesquisa e em debates sobre o trabalho educacional é a identidade docente em relação ao coletivo, à consciência de classe, no sentido de quem vende sua força de trabalho, de se identificar com a classe dos trabalhadores assalariados.

Nosso objeto de pesquisa, a ADUNESP Seção Sindical, está relacionado aos movimentos de resistência ao autoritarismo dentro e fora da universidade, durante as décadas de 1970 e 1980. Esse período marca o início de uma transição *lenta, gradual e segura* do regime ditatorial empresarial-militar, com o governo Geisel de 1974 até

---

<sup>4</sup>United States Agency for International Development

1979, seguido do governo Figueiredo, de 1979 até 1985, com o processo de abertura política<sup>5</sup>. As ações a serem analisadas partem de uma interação entre o mundo subjetivo e o mundo objetivo, das condições materiais do capitalismo brasileiro e condições políticas prevalentes no momento de criação da UNESP e ADUNESP. Sobre esta relação, entre o subjetivo e o objetivo, Lukács<sup>6</sup> afirma que,

O que não se pode deixar de considerar nesse processo é que essa confrontação não significa o reconhecimento de fatores totalmente independentes. O campo de ação real em que aparece o fator subjetivo sempre está circunscrito pelo desenvolvimento socioeconômico. Também nesse ponto vale que o homem é um ser que responde a quem o processo objetivo faz perguntas. (LUKÁCS, 2013, p. 373).

A consciência é então um fator subjetivo diante da materialidade, da objetividade do real. Assim, o “despertar” desta consciência e da identidade coletiva, está ligado ao momento histórico vivido, às suas condições materiais e também às experiências anteriores, à formação desta “comunidade”. Entenda-se este “despertar” como construção, a partir das vivências de cada um e em conjunto, de suas experiências anteriores.

Para Iasi (2011),

Partindo de uma compreensão marxista, o processo de consciência é visto, de forma preliminar e introdutória, como um desenvolvimento dialético em que cada momento traz em si os elementos de sua superação, em que as formas já incluem contradições que ao amadurecerem, remetem à consciência para novas formas e contradições, de maneira que o movimento se expressa num processo que contém saltos e recuos. (p.11-12).

Ainda de acordo com os teóricos abordados, compreendemos a formação da consciência e identidade a partir de uma práxis, das ações e das lutas. Para Marx,

A verdadeira riqueza intelectual do indivíduo depende inteiramente da riqueza de suas relações reais. É só desta maneira que cada indivíduo em particular será libertado das diversas limitações nacionais e locais que encontra, sendo colocado em relações práticas com a produção do mundo inteiro (inclusive a produção intelectual) e posto em condições de adquirir a capacidade de desfrutar a produção do mundo inteiro

---

<sup>5</sup> Divisão do período segundo o historiador José Murilo de Carvalho no livro *Cidadania no Brasil. O longo caminho*.

<sup>6</sup> Versão digital em PDF de *Para uma ontologia do ser social II*, da editora BOITEMPO.

em todos os seus domínios (criação do homem). (MARX, 1998, p. 34 - 35)

Compreendemos que as limitações locais, nacionais do período abordado era a impossibilidade de organização sindical, dentro de um universo polarizado entre “direita e esquerda”, capitalismo e comunismo, ou muitas vezes, autoritarismo e democracia, pois lutar por democracia, não implica em ter um posicionamento político mais à esquerda. O inimigo comum, o Estado autoritário, limitava as ações sociais por meio de censura, violência, entre outras práticas do regime de exceção. Assim, a relação da ADUNESP é peculiar, não podemos deslocar nosso objeto para fora deste contexto, pois ele perderia o sentido.

A consciência dos professores foi formada, pelo menos em partes, neste regime de exceção, cujas ações hoje nos são claras, porém, podemos refletir que analisar o período em que se vive não é tão fácil, saber que se está entrando em uma ditadura é complexo, segundo os depoimentos, que veremos nesta pesquisa, a percepção se deu quando as ações ficaram mais claras e violentas, ou seja, só quando o regime já estava instituído. Assim, fica ainda mais complexa a formação da consciência, vivia-se um “nevoeiro” político. Neste contexto, as bandeiras da oposição política eram democracia, liberdade, educação para todos, com projetos de alfabetização adulta pelo método Paulo Freire, por exemplo.

Para pensarmos a formação da consciência, precisamos pensar também sobre a ideologia, que, segundo Jacob Gorender, na introdução de *A ideologia alemã*<sup>7</sup>, seria um “compêndio de ilusões através das quais os homens pensavam sua própria realidade de maneira enviesada”, como parte do mundo subjetivo, engendrando as ações, sendo dinâmica e mutável, ligada a seu contexto. Marx afirma que,

[...] as ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, a sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe também dos meios de produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual. As ideias dominantes nada mais são que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias;

---

<sup>7</sup>A ideologia alemã, de Marx e Engels, edição de 1998 da Martins Fontes, com introdução de Jacob Gorender (p. XXII).

portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação. Os indivíduos que compõem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que eles o fazem em toda a sua extensão, portanto, entre outras coisas, que eles dominam também como pensadores, como produtores de ideias, que regulam a produção e distribuição das ideias de seu tempo; e, por conseguinte, que suas ideias são as ideias dominantes da época. (MARX, 1998, p. 48).

É no confronto – tanto subjetivo quanto objetivo, que as possibilidades vão se fazendo concretas, pois, a partir da oposição ao pensamento dominante, cria-se outra percepção da realidade e outra ideologia. Através do mundo material, das condições objetivas, os docentes da UNESP formaram seu sindicato, dentro de uma universidade que, pela forma como foi instituída, visava à propagação e manutenção do *status quo*, da ideologia da classe dominante, como veremos ao longo desta pesquisa. Para compreendermos este sindicato, precisamos compreender sua história e, “(...) sabemos que só é possível conhecer algo se o inserimos na história de sua formação, ou seja, no processo pelo qual ele se tornou o que é”. (IASI, 2011, p.12).

A formação da ADUNESP, o contexto local das cidades em que os campi da UNESP se situavam, o contexto nacional com a ditadura brasileira, já num período de declínio da economia com o fracasso do “milagre econômico”, são manifestações de um conjunto de interações entre a objetividade e a tomada de consciência de muitos setores da sociedade sobre o regime ditatorial instalado. As lutas tomaram formas mais agudas e as manifestações em massa alcançaram patamares cada vez maiores, como as lutas no ABC paulista e as mudanças no posicionamento de parte da Igreja Católica, estas fazem parte de um conjunto de ações de ordem política, onde o movimento estudantil e o movimento docente também se inserem. Na esteira dessas lutas, lembramos que as ações são processos que levam à consciência de classe, como ressalta Lukács (2013, p. 374).

A ideologia, enquanto meio de dirimir conflitos sociais, é algo eminentemente direcionado para a práxis e, desse modo, também compartilha, claro que no quadro de sua peculiaridade, a propriedade de toda práxis: o direcionamento para uma realidade a ser modificada (sendo que, como já foi demonstrado, a defesa da realidade dada contra tentativas de mudança evidencia a mesma estrutura prática). A sua peculiaridade dentro do conjunto da práxis é a generalização que, em última análise, é

sempre orientada socialmente, isto é, a síntese abstrativa de grupos de fenômenos cujo elemento comum consiste, sobretudo, em que podem ser mantidos, modificados ou rejeitados em seu conjunto. (LUKÁCS, 2013, p. 374).

A realidade a ser modificada era a de um regime autoritário que se desdobrava nas ações da reitoria universitária, a práxis era a luta, por meio da conscientização, de manifestações, assembleias entre outras ações que serão expostas e analisadas nesta pesquisa. Assim, as movimentações, organização do pensamento, em torno de um sindicato que lutava por mudanças na estrutura universitária, se insere nas lutas por transformações do período. Assim diz Marx: “a existência de ideias revolucionárias numa determinada época pressupõe desde já a existência de uma classe revolucionária” (Marx, 1998, p.49), nesse sentido podemos compreender as ações dos docentes, estudantes como revolucionária naquele contexto. As mudanças propostas não só pelos professores, unidos pelo sindicato, mas em conjunto com os estudantes e demais funcionários, eram ideias que questionavam as medidas autoritárias dentro da universidade e que buscavam transformações político-sociais, como uma universidade acessível a todos, democracia interna.

Lukács (2013) afirma que as lutas politizadas visam uma mudança social, mudanças práticas, desenvolvendo consciência de classe, ou seja, reafirma que é no meio, nas condições objetivas que nasce a consciência, nas relações entre as classes e entre o Estado. Iasi reitera este pensamento,

A ação coletiva coloca as relações vividas num novo patamar. Vislumbra-se a possibilidade de não apenas se revoltar contra as relações predeterminadas, mas de alterá-las. Questiona-se o caráter natural dessas relações e, portanto, de sua inevitabilidade. A ação dirige-se, então, a mobilização dos esforços do grupo no sentido de reivindicação, da exigência para que se mude a manifestação da injustiça. (2011, p.29)

## **1.2 Consciência de classe docente**

Segundo Hiro (2012), existe um senso comum que acredita que os professores, por serem trabalhadores em contato com fontes de informação e com o mundo intelectual, sejam mais organizados e tenham de pronto uma identidade coletiva que os mobiliza para transformar suas relações de trabalho e lutar por seus interesses. Entretanto, o que se evidenciou foi que trabalhadores que possuem um grau de estudo

considerado menor, foram pioneiros na organização e luta por melhores condições de trabalho. Visto isso, evidencia-se que não é o nível de estudo que favorece a consciência de classe, ter conhecimento teórico e intelectual não é determinante para o desenvolvimento da consciência coletiva. Aqui não estamos analisando o grau de eficiência dos sindicatos de outros grupos de trabalhadores, mas, sim, evidenciando que possuem um “despertar da consciência” anterior aos trabalhadores em educação.

Pensando a história da educação no Brasil e suas relações trabalhistas, é interessante compreender tais relações durante a República, pois nos esclarece, em certa medida, as razões para a “demora” no desenvolvimento da consciência de classe docente. Iasi (2011) afirma que a consciência de classe é um processo, um movimento e não algo pronto e estático; ela forma-se pela experiência, incluindo a formação (docente) e ações vividas, em um processo dialético entre teoria e prática.

Se nos voltarmos para a história brasileira, pensando nas relações de trabalho, teremos o movimento sindical ganhando força durante a República Velha (1889-1930). O operariado, influenciado pelas ideias dos imigrantes italianos e espanhóis, organizou-se sindicalmente sob o viés anarquista (anarcossindicalismo); tivemos entre 1917 e 1920 uma onda de greves a pressionar o governo para obter leis que garantissem condições de trabalho. Esta movimentação nacional não acontece desligada dos movimentos globais, havia influência das greves e da Revolução Russa de 1917.

Durante a República Nova (1930-1964), iniciada pelo golpe de 1930 liderado pelas oligarquias dissidentes (contra a política dos governadores e coronelismo), teremos novamente o movimento sindical com grande expressividade, porém, controlado pelo Estado. Este período ficou marcado pela ditadura do presidente Getúlio Vargas, denominada *Estado Novo* (1937-1945); Vargas ficou conhecido como “pai dos pobres” (e mãe dos ricos), controlava a estrutura sindical por meio de agentes chamados de pelegos<sup>8</sup>, aproximando-se dos trabalhadores urbano. Após o Estado Novo tivemos governos considerados democráticos, este período republicano ficou conhecido como República Populista<sup>9</sup> (1945-1964). Os anos da democracia populista foram marcados

---

<sup>8</sup> O peleguismo surge no Brasil durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945), como parte das ações políticas relacionadas ao sindicato. Pelego era o líder sindical que mediava às relações entre os trabalhadores e o Estado, controlado, na verdade, pelo Estado.

<sup>9</sup> O populismo foi um fenômeno típico da América Latina. Surge com a emergência das classes urbanas pós-industrialização. O governo populista desenvolve uma “política de massas”, onde procura manipular e organizar as manifestações da população. Mostra-se como um governo ambíguo, pois reconhece os anseios populares, reagindo às pressões, porém, busca controlar a população com suas medidas.

pelas alianças político-partidárias entre o Partido Social Democrático (PSD) – representante das elites latifundiárias e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), representando os setores mais populares, ligado aos sindicatos também, em oposição encontrava-se a União Democrática Nacional (UDN), representando a elite conservadora, combatente do varguismo e do populismo.

Desde a década de 1930, o sindicalismo brasileiro esteve atrelado ao Estado. Neste período, conhecido como Era Vargas, na tentativa de controle dos trabalhadores, o presidente estabelecia relações “mais próximas” com os sindicatos, no sentido de ter representantes e se fazer presente, tais “representantes” eram os pelegos, sindicalistas que estavam à serviço do Estado e não dos trabalhadores.

Voltamos à Era Vargas, pois, foi neste período que a legislação trabalhista consolidou-se, desencadeou-se a promulgação de leis e decretos-leis voltados ao campo do trabalho, na tentativa de equilibrar as relações entre estas duas classes, patrão e empregado. A partir da criação do Ministério da Justiça e do Trabalho, o Estado consegue “disciplinar” e controlar as relações trabalhistas.

Este sindicalismo das décadas de 1930 e 1940 foi o início da história sindical no Brasil, o que não exclui os movimentos grevistas anteriores, o pensamento anarcossindicalista trazido pelos imigrantes. Porém, a organização dos professores enquanto sindicato foi mais tardia, como mencionamos nesta pesquisa, há um “senso comum” de que por se tratar de um trabalho intelectual, a consciência de que é preciso se unir e lutar seja despertada mais rapidamente e, como pudemos notar, ainda que o conhecimento teórico seja importante, na formação da consciência e organização dos trabalhadores, a vivência contou mais que a teoria, assim também nos diz a teoria marxista sobre consciência de classe.

A organização da ADUNESP (1976) se insere em um período autoritário, onde o estado de direito foi destruído. As manifestações foram controladas por meio da repressão, de violência e censura, assim como na ditadura varguista, a propaganda política e a censura buscavam criar uma imagem positiva sobre o próprio governo. As ações violentas, de repressão eram justificadas pela Doutrina de Segurança Nacional<sup>10</sup> e, dessa forma, os grupos sindicais perderam força, agindo, muitas vezes, na

---

<sup>10</sup> A Doutrina de Segurança Nacional era um conjunto de princípios ideológicos que se contrapunham à ameaça das revoluções comunistas, por ela, qualquer cidadão seria passível de ser acusado de subversão, podendo ser detido, torturado e morto com base em suspeitas.

clandestinidade, ou dissolvendo-se; contudo, a partir da década de 1970, os movimentos populares e sindicais passam ganhar mais força, mobilizando-se através de passeatas, greves, entre outros.

Ainda que a história tenha processos que possam se perpetuar ao longo do tempo, cada situação é única, fazendo com que as ações sejam específicas à sua conjuntura, portanto, não podemos retirar nosso objeto de pesquisa de seu tempo e espaço, precisamos ter em mente os processos históricos e seus desdobramentos para poder compreendê-lo.

Diante de nosso passado histórico as relações entre os docentes e o Estado e entre os docentes e a comunidade acadêmica vão se transformando, transformando também as práticas da ADUNESP (1976-1985). As ações dos sujeitos inseridos em classes sociais movimentam a história e estes sujeitos intelectuais, militantes políticos, operários, trabalhadores de forma geral, perfazem um quadro que pode fugir do lugar comum das grandes personalidades com destaque político.

Durante o período estudado (1976 – 1985), a classe trabalhadora e aqui incluímos os docentes da UNESP, protagonizou ações político-sociais em favor da redemocratização do país, juntamente com os estudantes, grupo de destaque durante a ditadura civil-militar. Pensar a mobilização e organização dos docentes da UNESP, universidade fruto da ditadura militar, pela forma como foi “concebida”, já nos faz levantar alguns questionamentos, como, o que significa fazer parte de um sindicato neste período, no interior do estado de São Paulo, longe das outras duas universidades estaduais (Universidade de Campinas - UNICAMP e a Universidade de São Paulo – USP) e ainda ser multicampi, ou seja, estar diluído em várias cidades do interior.

### **1.3 Os Docentes da UNESP e a formação de sua consciência**

Memória, identidade e consciência de classe compõem elementos de luta em processos históricos. Segundo Marx e Engels (1998) a consciência de classe é formada a partir das condições materiais e econômicas, do choque e das contradições do próprio sistema. A consciência está ligada à ideologia, que por sua vez está relacionada também ao mundo objetivo, das condições materiais.

Tanto ideologia quanto identidade também fazem parte do mundo subjetivo e a relação entre uma e outra, somada à percepção da realidade de determinado grupo, gera condições para a ação.

Segundo esta perspectiva, a consciência surge nos interesses comuns aos trabalhadores. Sua formação não se dá isoladamente e por meio (apenas) de conhecimento teórico, mas de forma prática, configurando-se de acordo com sua realidade material, em momentos onde a percepção<sup>11</sup> das relações desiguais torna-se mais evidente. O trabalhador identifica-se com uma classe que produz capital – que pode ser imaterial, como no caso docente – e que é explorada por outra classe ou pelo Estado, representando os interesses da classe dominante.

O Estado do sistema capitalista possui, segundo Saes (1998), duas premissas, sendo a primeira a dominação de classes e a segunda, as relações capitalistas de fato – relação entre o produtor direto e o proprietário dos meios de produção e a separação entre o produtor direto e os meios de produção; sua organização permite a individuação das pessoas e proporciona o sentimento de cidadania (de igualdade universal – ideológica), na posse de direitos civis (direito à vida, liberdade, propriedade), políticos (participação nas decisões do que é da vida pública) e sociais (direito de partilhar das riquezas da nação, educação, saúde, entre outros)<sup>12</sup>. Nesse sentido, à medida que as pessoas se entendem no direito do poder enquanto cidadãs percebem que a realidade é disforme, que existe uma defasagem entre os princípios legais e as práticas do Estado e de seus representantes, buscando, por isso, representação no espaço político.

Thompson (1987) buscou compreender a consciência de classe sob o viés da formação cultural, partindo da análise histórica e evidenciando que tanto a classe social quanto sua consciência são frutos de processos históricos, formadas a partir da experiência, reiterando o que viemos mostrando ao longo desta parte teórica. Para Thompson (idem), é o ser social que se torna determinante na consciência de classe.

---

<sup>11</sup> Segundo Sidney Tarrow (2009), a capacidade da população de perceber carências e a própria noção do que são carências, não são universais, existe uma construção social em um determinado espaço e tempo. Para o autor, a relação entre a percepção de carências e manifestações está ligada às oportunidades políticas. Aqui, podemos compreender que a partir das percepções e das oportunidades políticas, a consciência de classe vai se engendrando. Este autor não é marxista, entretanto, propomos o diálogo com outras vertentes teóricas para melhor compreensão desta história.

<sup>12</sup> Esta divisão entre direitos civis, políticos e sociais está pautada nos estudos de José Murilo de Carvalho, no livro *Cidadania no Brasil. O longo caminho* (2012).

(...) Se detemos a história num determinado ponto, não há classes, mas simplesmente uma multidão de indivíduos com um amontoado de experiências. Mas se examinarmos esses homens durante um período adequado de mudanças sociais, observaremos padrões em suas relações, suas ideias e instituições. A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história, e, ao final esta é sua única definição (THOMPSON, 1987, p. 11-12).

Assim, classe social e consciência de classe fazem parte do processo histórico e desenvolvem-se em relação às experiências vividas. Logo, se analisarmos as práticas dos docentes da UNESP no contexto da ditadura, perceberemos que sua sindicalização vem como resposta aos desmandos da reitoria, assim como do poder Executivo, na figura dos presidentes gerais. São essas percepções que unem os docentes em torno de um objetivo comum.

Para dizê-lo com todas as letras: classes não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se veem numa sociedade estruturada de certo modo (por meio de relações de produção, fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta da sua consciência de classe. Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real (THOMPSON, 1981, p.28).

Enquanto pesquisadores de um processo histórico, cabe-nos compreender a formação da classe docente e de sua consciência de acordo com seu próprio tempo e espaço, ou seja, quando e onde especificamente, em qual conjuntura e estrutura se estabeleceu.

Por compreendermos os docentes como profissionais ligados às atividades intelectuais, da cognição, inseridos em relações de trabalho assalariadas, é possível pensar que, de pronto, tenham se constituído como uma classe trabalhadora, consciente de suas necessidades, com práticas reivindicatórias; entretanto, esta condição – do intelectual - não é determinante para a formação da identidade coletiva. Ainda que de fato os docentes lidem com estas funções intelectuais, não significa que imediatamente se reconheçam como classe e tenham consciência de si e coletiva. Segundo Hiro (2012, p.27),

Os professores são trabalhadores que têm, em princípio, um conhecimento teórico e cultural maiores que a média dos trabalhadores em geral. No entanto, isto não significa que os mesmos tenham consciência da necessidade de organização e luta coletiva por seus interesses, muito menos de seu papel econômico e político dentro do sistema (HIRO, 2012, p.27).

Ao buscarmos referências para a formação da consciência de classe dos docentes, voltamo-nos para a origem social dos mesmos, que pode ser bem diversa, diferentemente do que ocorre com os trabalhadores ligados diretamente à produção de bens materiais - de bens concretos e de mais-valia. Quem são os docentes universitários na década de 1970, de onde vem?

Para o historiador Carlos Bauer (2010), parte dos docentes veio de famílias operárias e viu na inserção educacional uma forma de ascensão social e de negação de sua origem. Após a formação acadêmica inicial, o que os tornará docentes, de fato, será a sua prática, que está relacionada às experiências do cotidiano; ou seja, para além da formação docente, o meio e as condições materiais darão forma à sua consciência e práxis, assim, pensar a formação da consciência de classe docente é pensar também o ambiente educacional, trajetórias e espaços de ação. Há que se mencionar também que outra parte dos docentes veio da classe média, como veremos a seguir, são professores formados pela Universidade de São Paulo, que irão fazer carreira pelo interior paulista.

Para esta pesquisa, fez-se necessário conhecer a história da formação da UNESP, já que foi a partir deste momento específico, que a ADUNESP surgiu. Ambas fundadas em 1976, uma de forma autoritária pelo governo do Estado de São Paulo e, a outra, pela organização – espontânea - dos docentes.

Ferreira (2006) questiona o porquê de os professores se sindicalizarem. Esta indagação passa pelas reflexões sobre identidade de classe, identidade docente, mais que isso, pelo processo de redemocratização e senso republicano, daquilo que se faz pelo e em coletivo. Segundo a autora, o trabalho docente passou por um processo de proletarização, perdendo autonomia nas suas práticas, diminuição do “status” e empobrecimento da categoria – talvez este fenômeno tenha aproximado os docentes das demais categorias de trabalho; (...) “a consciência da exploração (capitalista) e da opressão (política) conduz a uma alternativa universalista de organização: os sindicatos” (FERREIRA JR.; BITTAR, 2006, p. 233). Acreditamos, pelos estudos que fizemos, que hoje a proletarização faz parte da realidade docente, principalmente dos professores de

Ensino Básico (Ensino infantil, fundamental e médio); porém, nas décadas estudadas, ser professor, principalmente universitário tinha um status de importância social.

Ferreira (2006, p.4), coloca-nos a seguinte questão: “que identidade está em cena quando os docentes se reúnem em organizações feitas à imagem dos trabalhadores manuais?” Quem são os docentes sindicalizados, que seguem o exemplo dos demais trabalhadores assalariados? Ainda segundo a autora, há um índice de docentes que não se sindicalizam e os motivos apresentados para não se afiliarem foram a má imagem dos sindicatos; a falta de tempo; a desconfiança de que os sindicatos se movam por fins políticos; e sua falta de necessidade.

Ainda hoje o “status” professor universitário é de alto padrão social, coloca o docente como um “semideus”, uma classe diferenciada de trabalhador, mesmo com toda a proletarização que houve, durante as décadas passadas o status docente universitário era algo de prestígio, criando uma classe trabalhadora que muitas vezes não se viu como assalariado de fato, este é um dos pontos que se levanta ao questionar a filiação sindical destes docentes. O que eleva a importância da consciência dos demais, daqueles que já na década de 1970 se sindicalizavam, enxergando no movimento uma das formas de resistência aos desmandos da reitoria e da Ditadura, assim como mecanismo de transformação social. Segundo Ferreira (2006),

De fato, para além de seu caráter instrumental, os sindicatos, em geral, provêm de uma tradição sociopolítica ligada a uma visão socialista de sociedade, o que explicaria outras de suas características, como o voto de parte de seus membros em partidos de esquerda ou a participação em movimentos solidários. Como se vê, para sermos mais precisos na compreensão do sindicalismo docente seria necessário averiguar, em cada contexto, os motivos da criação e da participação nos sindicatos. (FERREIRA, 2006, p.5)

Assim, dialogando com Marx e Thompson,

A produção das ideias, das representações, da consciência está em princípio diretamente entrelaçada com a atividade material e intercâmbio material dos homens, linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens aparece aqui como direta exsudação do seu comportamento material (MARX, 1998, p. 31).

Complementando Marx,

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e

articulam a identidade de seus integrantes entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. (THOMPSON, 1987, p.10)

Assim, tanto Marx quanto Thompson, colocam a formação da consciência de classe vinculada ao meio e suas condições, em oposição àqueles que exploram sua força de trabalho.

Outro autor que traz luz às questões de identidade de classe e sindicalismo, especificamente na América Latina, é Nuñez (1990), para ele, “tanto historicamente, como na atualidade, os sindicatos docentes latino-americanos foram mais excluídos que incluídos nas instâncias de poder político, sendo que as formas de participação parecem ter sido limitadas e instáveis” (p. 48). Isso está relacionado, como mencionamos ao longo desta escrita, com a história da educação brasileira e a relação dos trabalhadores em educação com o Estado.

Entre as décadas de 1950 e 1960 o Brasil viveu as tensões entre industriais e grandes proprietários, passando por momentos instáveis e ameaças de golpes. Mundialmente os países passavam por um momento de polarização entre capitalismo (EUA) e socialismo real (URSS); o Brasil, por sua posição geográfica e dimensões, era considerado área de interesse e de grande influência, local estratégico para os interesses estadunidenses, que passaram a investir ideologicamente nas classes altas, nos militares, com a Escola Superior de Guerra (ESG), por exemplo, que seguia os pressupostos estadunidenses.

Ao considerarmos a década de 1950, temos um Brasil passando por processos de industrialização e, politicamente, vivendo a crise dos governos chamados populistas. Fazem parte desse período o segundo governo de Getúlio Vargas (1951 – 1954), o governo de Café Filho (1954-1955), Carlos Luz (três dias) e Nereu Ramos (fins de 1955 e começo de 1956), estes dois como presidentes interinos, Juscelino Kubitschek (1956-1961), Jânio Quadros (de janeiro a agosto de 1961), Ranieri Mazilli (de agosto a setembro de 1961) também como presidente interino, e de João Goulart (1961-1964), cujo governo foi deposto por meio de um golpe. Estas duas décadas apresentam-se como um momento de instabilidade política e manifestações populares por reformas que, obtiveram como resposta a articulação de um golpe civil-militar em 1964.

Quando nos indagamos sobre o nosso objeto de pesquisa (ADUNESP), seu surgimento e sua organização, conseguimos compreendê-lo, de alguma forma, como um movimento de resistência e oposição ao Estado autoritário, na luta por uma universidade que fosse democrática. Segundo Ferreira,

Quando o Estado altera o tipo de intervenção que tem na economia, modifica suas políticas oficiais, o que afeta, também, a seus funcionários. Modificam-se as imagens sociais dos ofícios, as retribuições econômicas e o grau de valorização recebido da sociedade. (...) é difícil manter uma imagem de profissão de Estado quando o assalariamento indica que o mais adequado é reunir forças com demais assalariados. (2006, p.9)

A relação Estado/mundo do trabalho se modificara e, como parte dos países da América Latina, o Brasil entrava na era das ditaduras, financiadas pelos Estados Unidos com base na Doutrina de Segurança Nacional, havendo um realinhamento com a política externa estadunidense que visava à modernização capitalista, com base industrial forte e ampliação do mercado de consumo para diminuir as tensões sociais e evitar revoluções no “Terceiro Mundo”. O breve período democrático chegava ao seu fim e retornaria após vinte e um anos, enfrentando muitas dificuldades, as quais ainda persistem. Sobre este viés, Carvalho (2012) comenta que,

Havia ingenuidade no entusiasmo. Havia a crença de que a democratização das instituições traria rapidamente a felicidade nacional. Pensava-se que o fato de termos reconquistado o direito de eleger nossos prefeitos, governadores e presidente da República seria garantia de liberdade, de participação e de segurança, de desenvolvimento, de emprego, de justiça social. De liberdade, ele foi. A manifestação do pensamento é livre, a ação política e sindical é livre. De participação também. O direito do voto nunca foi tão difundido. Mas as coisas não caminharam tão bem em outras áreas. Pelo contrário. Já 15 anos passados desde o fim da ditadura, problemas centrais de nossa sociedade, como a violência urbana, o desemprego, o analfabetismo, a má qualidade da educação, a oferta inadequada dos serviços de saúde e saneamento, e as grandes desigualdades sociais e econômicas ou continuaram sem solução, ou se agravaram, ou, quando melhoram é em ritmo muito lento (CARVALHO, 2012, p. 7-8).

Assim, quando da abertura política, a esperança de tempos democráticos, de justiça, era algo que estava nos anseios da população, entretanto, os problemas persistiram e, como pudemos presenciar, houve descaso do Estado com a justiça e verdade sobre o período ditatorial. O trabalho feito por um grupo de intelectuais e

pesquisadores, conhecido como Comissão Nacional da Verdade (CNV)<sup>13</sup>, ficou pronto, entretanto, silenciado.

Existiu uma CNV, cinquenta anos depois, determinada pelo Governo Federal, na estimativa de que tivesse começo, meio e fim; o que se tornou complicado visto que não houve esgotamento do tema, porém, houve o fim da CNV. Ainda assim, foi um grande avanço na medida em que registrou relatórios e documentos que se encontram no Arquivo Nacional. O objetivo da CNV era investigar as violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988.

O trabalho feito especificamente na UNESP, com a Comissão da Verdade da UNESP, foi “encerrado” pela reitoria, antes de concluído; hoje, esta pesquisa encontra-se nas mãos da ADUNESP, mesmo sem as condições adequadas e com falta de verbas. Este trabalho busca trazer à tona a memória, verdade, justiça e reparação.

Por que não havendo esgotamento do tema, a reitoria da UNESP proibiria a continuidade da pesquisa? Qual o medo em levantar cinquenta e cinco anos depois o que aconteceu na universidade?

A mudança do Estado brasileiro de democrático para autoritário e toda a conjuntura político-econômica apresentou-se como fator catalizador para o desenvolvimento da ADUNESP.

#### **1.4 Os trabalhadores em Educação e o mundo do trabalho**

Segundo Dal Roso (2011), a principal força de trabalho é a mercadoria, “a única que possui a virtualidade de conferir valor a todas as outras mercadorias” (DAL ROSSO, 2011, p.24), e o seu caráter de trabalho não está somente na atividade física, mas também na atividade intelectual, onde se encontra o professor, sendo então o seu trabalho produtivo e a instituição onde atua, conseqüentemente, local fundamental na produção de força de trabalho, de mão de obra, que será inserida no mercado e produzirá mais-valia.

A produção da riqueza material se faz diretamente sobre o objeto, na transformação dos bens materiais por meio do trabalho humano, e aqui, o conhecimento

---

<sup>13</sup>A CNV foi criada pela Lei 12.528/2011, seu relatório foi enviado em outubro de 2015 e encontra-se disponível online (<http://www.cnv.gov.br/index.php>) e no Arquivo Nacional.

intelectual não está no valor do produto produzido, mas na formação dos trabalhadores. Para Dal Rosso (2011), o sistema educacional tem papel fundamental na formação da mão de obra, ligado à produção futura de mais-valia, “(...) desta forma, o trabalho docente é mediamente produtivo” (DAL ROSSO, 2011, p.25). O docente, a despeito da especificidade de sua tarefa relativa à produção dos valores e dos conhecimentos da sociedade, não constitui uma classe diferente, é um trabalhador explorado como os demais (DAL ROSSO, 2011).

Compreendendo o trabalho intelectual como aquele que prepara o indivíduo para o mercado de trabalho, que futuramente produzirá mais valia, como afirma Dal Rosso (2011), percebemos o sistema educacional e sua ampliação voltados para o mercado de trabalho, na intenção da produção de mão de obra.

Volta-se para a Educação um olhar econômico, segundo Frigotto (1989), a partir da década de 1950 a teoria do capital humano torna-se assunto de destaque, com a ‘necessidade’ de empregar no sistema educacional as medidas de produção industrial.

Os recursos públicos alocados em educação entram na lógica dos investimentos que o Estado efetiva, que, como vimos anteriormente, no capitalismo monopolista, não só transforma em produtor direto de mercadorias, mas administra os fundos públicos na ótica particular a ponto de esmaecer-se a distinção público-privado. Os gastos públicos em educação vão, então, somar-se ao circuito do capital em geral. (FRIGOTTO, 1989, p.158).

Neste sentido, os investimentos em educação tornam-se ferramenta do sistema para reprodução das relações capitalistas, e o docente, parte desta engrenagem. Esta conjuntura explica também a expansão das faculdades pelo interior paulista, que darão origem à UNESP.

Articulam-se, assim, os saberes propostos pelo sistema educacional, de forma a contemplar questões relacionadas ao mercado, como a formação social, educacional, técnica e ideológica para o trabalho. A teoria do capital humano aparece como a possibilidade de mudança social por meio da educação, sem levar em consideração as diferenças nas instituições, na formação docente, entre outros e, sobre isto, Frigotto (1993) afirma que,

O investimento no “fator humano” passa a significar um dos determinantes básicos para o aumento da produtividade e elemento de superação do atraso econômico. Do ponto de vista macroeconômico, constitui-se no fator explicativo das

diferenças individuais de produtividade e de renda e, conseqüentemente, de mobilidade social. (1993, p.41).

Assim, as mudanças econômicas, políticas e sociais influenciam os olhares sobre os docentes e sobre a Educação, promovendo mudanças operacionais e administrativas, na busca de fazer da Educação uma ferramenta do e para o mercado, que potencialize a produção de riquezas.

Sob o viés do fator humano, o docente seria responsável, mesmo em níveis e instituições de ensino diferentes, por meio do seu trabalho social coletivo a formar e capacitar os indivíduos para o mercado de trabalho. Assim, com as mudanças políticas, sociais e econômicas, a “classe dos professores” acabou passando pelo processo de proletarização<sup>14</sup>. Este conceito pauta-se na teoria marxista, indicando que o controle docente sobre seu trabalho se perde. Submetendo-se ao trabalho assalariado, à especialização e rotinização em oposição à autonomia; submissão a regras de rentabilidade ou racionalidade formal.

Por meio destas teorias e da conjuntura política e social brasileira, tivemos a ampliação do ensino superior; foram criadas faculdades pelo interior do estado de São Paulo, os chamados Institutos Isolados de Ensino Superior, que, no ano de 1976, foram arbitrariamente unificados, formando a Universidade Estadual Paulista, UNESP.

Logo no ano de 1976 a ADUNESP foi fundada e, o que levou à união dos docentes em torno de sindicato foram as percepções que tiveram daquilo que vivenciavam e das oportunidades políticas. Segundo Tarrow (2009), a percepção da realidade e a oportunidade política fazem com que os movimentos sociais surjam em determinados períodos e não em outros. Logo, a fundação da ADUNESP encontra-se em um momento específico, no processo de identificação, consciência e luta docente contra a direção autoritária da universidade e contra o regime ditatorial brasileiro.

Devido ao nosso recorte temporal e ao próprio tempo de pesquisa, não nos cabe, neste momento, analisar a história da Educação no Brasil, nem é este o nosso objetivo, porém, é válido pensar alguns dos sentidos da Educação.

A constituição do sistema educacional brasileiro não permitiu que surgisse uma classe docente única, sua organização deu-se por parcelas (docentes municipais,

---

<sup>14</sup> Características da proletarização docente: racionalização instituída por meio de metas e prazos; precarização do trabalho com as péssimas condições materiais e falta de recursos, alienação do trabalho, quando da determinação dos temas abordados decididos pelas secretarias, desvalorização salarial e perda do poder de compra.

estaduais, ou por graus). Exemplo desta separação é a existência de sindicatos diversos representando os professores, como o Sindicato dos Professores do Ensino Oficial de São Paulo (APEOESP) - professores de primeiro e segundo graus, e a própria ADUNESP, representando os docentes da UNESP, ainda que ligada ao ANDES<sup>15</sup> (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, sindicato dos docentes do ensino superior).

---

<sup>15</sup> O ANDES foi criado durante o I Congresso Nacional de Docentes Universitários, em Campinas, no ano de 1981. Uma de suas finalidades era a de aglutinar os professores e representa-los nas esferas cultural, econômica, política e social, segundo a Ata número 1 de Fundação da Associação dos Docentes do Ensino Superior, p. 5A. Em 1988, no II Congresso Extraordinário, realizado na cidade do Rio de Janeiro, foi feito o seu segundo Estatuto, quando a associação tornou-se sindicato e seus fins ficaram mais explícitos: “defesa e representação legal dos docentes das Instituições de Ensino Superior”.

## **2. DA FORMAÇÃO DOS INSTITUTOS ISOLADOS DE ENSINO SUPERIOR À FORMAÇÃO DA UNESP E DA ADUNESP**

### **2.1 Os Institutos Isolados de Ensino Superior (IIES)**

Entre as décadas de 1950 e 1960 o governo do estado de São Paulo desenvolveu uma política para a expansão do Ensino Superior e da cultura pelo interior do estado, de acordo com o que previa a Constituição Estadual de 1947. Esta medida também foi justificada pela falta de docentes na educação básica após a criação dos ginásios; assim, as faculdades cumpririam (também) a função formar os professores.

Segundo Correa (2014a),

Após a atenção que havia sido dada à criação do ensino secundário, com a criação dos ginásios estaduais, logo ficou revelada a carência de pessoal docente para a implementação daquelas escolas. Ainda que o número de escolas secundárias não fosse suficiente, um primeiro passo havia sido dado e era necessário implementar essas escolas com profissionais competentes. Daí a preocupação de ampliar a criação de faculdades visando à formação de profissionais aptos para essa finalidade (p. 41 – 42).

As cidades do interior reivindicaram a criação das faculdades para atender às necessidades da sua população jovem; nesse sentido, tivemos disputas entre as elites políticas locais, os políticos viam na vinda das faculdades uma forma de angariar votos (CORREA, 2014a).

Foram criados, entre 1957 e 1963 os Institutos Isolados de Ensino Superior (IIES), instituições autônomas, não vinculadas às universidades. Faziam parte as seguintes faculdades: Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Araraquara (16/04/1957), de Assis (06/02/1957), Franca (20/06/1962), Marília (25/01/1957), Rio Claro (07/06/1957), São José do Rio Preto (01/05/1957), Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araçatuba (20/01/1964), de São José dos Campos (20/01/1957), Faculdade de Ciências Médicas de Botucatu (22/06/1962), Faculdade de Engenharia de Guaratinguetá (04/12/1964), Faculdade de Medicina Veterinária e Agronomia de Jaboticabal (25/06/1964) e Faculdade de Música “Maestro Julião”, de São Paulo (10/06/1974).

As seis Faculdades de Filosofia estavam organizadas no sentido da formação de docentes para o ensino básico, sob a custódia da Faculdade de Filosofia, Ciências e

Letras da Universidade de São Paulo (FFLCH – USP). Assim, o quadro docente foi formado por titulares da USP, normalmente professores em início de carreira. O campo administrativo foi preenchido por trabalhadores locais e os discentes participariam do processo seletivo (vestibular).

Esses professores, em sua maioria jovens imbuídos dos acontecimentos do momento, de fins dos anos 50 e começo dos 60, principalmente da área de Humanidades estavam atentos às grandes reivindicações do momento, recém-saídos de períodos mais duros da guerra e da ditadura varguista, viam-se abertos às perspectivas democráticas de um mundo mais disposto ao atendimento de novas conquistas sociais (...) Estabeleceu-se assim um vínculo entre essas novas escolas e a USP, uma espécie de protetorado visto sempre de forma contraditória, alternando manifestações de apreço com manifestações de estranhamento ou mesmo de aversão, a considerar a disposição do jornal O Estado de São Paulo, uma espécie de guardião da USP (CORREA, 2014b, p.15)

Segundo Correa (2014a) a criação de infraestrutura, organização dos cargos administrativos entre outros, foi apoiada pela comunidade local que criou, em relação às faculdades, um sentimento de posse, no sentido conservador das relações interioranas.

Embora centralizadas por uma administração única, sob os cuidados da Secretaria da Educação, essas escolas criaram sua própria personalidade conforme as relações com a comunidade que as acolhia. Desde então, a comunidade local passou a ver nessas escolas um patrimônio próprio havendo razões para uma relação cordial e amistosa. No entanto, essa acolhida nem sempre se fez de modo amigável. Havia uma velada esperança de uma troca de favores. (CORREA, 2014a, p.44)

Esta expectativa – da troca de favores - nem sempre foi correspondida, o que criou também um sentimento de desconfiança e desapontamento em relação à comunidade acadêmica.

Os professores destinados à formação dessas faculdades eram diferentes daqueles que formaram a Faculdade de Filosofia da USP na década de 1930, estes estavam imbricados dos postulados franceses para a formação da elite paulista; quando da formação dos IIES, o momento era outro. As décadas de 1950 e 1960 trouxeram mudanças globais, vivia-se o pós-guerra (2ª Guerra Mundial – 1939-1945) e a polarização do mundo com a Guerra Fria, em uma conjuntura externa e, internamente,

passávamos por outras mudanças, como o fim da ditadura Vargasista e o início dos governos chamados de “populistas”<sup>16</sup>.

Segundo Correa (2014a), como já mencionado, esses professores, que compunham o quadro docente dos IES, estavam mais ligados às questões sociais, com a intenção de transformar a realidade que os cercava, porém, iriam se deparar com a cultura local das cidades, algumas apresentavam, por exemplo, escolas confessionais “tradicionais”, que se oporiam ao novo, assim, estes docentes teriam um desafio pela frente.

Nas décadas de 1950 e 1960 os municípios eram pequenos ainda e, se por um lado a comunidade local criava expectativas em relação às faculdades, por outro, também tínhamos relações de oposição, principalmente após 1964. Para a elite local, alguns professores eram “comunistas”, já que em suas aulas e conferências falavam sobre subdesenvolvimento, sobre a questão agrária, entre outros temas relativos à realidade brasileira. Qualquer um desses assuntos era visto como “de esquerda”, subversivo, sem uma clareza sobre a teoria política; também, entre os docentes e universitários havia receio em relação a outros docentes e outros universitários, receio de posicionamentos à esquerda. Dentro das faculdades existiam divergências políticas, que em períodos democráticos poderiam ser levadas a debates, produção de conhecimento, mas que no período citado (fim dos governos democráticos e início da ditadura militar) incitavam o medo, a delação, a perseguição.

Os alunos ingressantes, muitas vezes vindos de outras cidades e, portanto, distantes de suas famílias, vislumbravam possibilidades mais amplas, buscavam conhecer a realidade que os cercava propondo mudanças, ações sociais; diferentemente daquilo que a comunidade local esperava (CORREA, 2014a).

Daí a constatação de um primeiro distanciamento entre as comunidades locais, ainda muito conservadoras e uma aproximação entre estudantes e docentes ambos interessados num convívio mais aberto em busca de ideais mais democráticos. (CORREA, 2014a, p.44-45)

As questões sociais estavam em pauta, como a taxa de analfabetos, o subdesenvolvimento do país, reformas - como a agrária, entre outros problemas locais

---

<sup>16</sup> Não entraremos na discussão sobre o conceito de populismo, pois não é o nosso foco, entretanto, existe uma historiografia produzida, principalmente no Rio de Janeiro, no CPDOC, questionando o conceito de Francisco Weffort da USP.

que despertavam nos estudantes maior interesse, além das questões internacionais. Vivia-se a Guerra Fria, momento de disputa pela hegemonia entre Estados Unidos e União Soviética, o primeiro representando o capitalismo e o segundo, o socialismo real. As faculdades debatiam sobre todos estes assuntos, tomavam medidas para alfabetização da população, como foi o caso de Rio Preto, passando a incomodar a elite local, que percebia já uma diferença entre seus propósitos e as ações da comunidade acadêmica.

Para a comunidade local, especialmente para certa “elite” culta local, a escola passou a adquirir o aspecto de uma entidade revolucionária provocando inquietações e aquilo que era considerado um patrimônio seu, começava a ser visto com certa desconfiança. (CORREA, 2014a, p.45)

Além das relações entre a comunidade local e as faculdades, cabe-nos mencionar a relação das faculdades (IIES) com a Universidade de São Paulo, já mencionada como “tutora” dos IIES, em posicionamentos muitas vezes contraditórios. Até o surgimento dos IIES, a USP era o modelo do ensino superior do estado de São Paulo, responsável pela formação de sua elite intelectual e, ainda que os IIES fossem suas “crias”, havia certa rivalidade. As críticas feitas pela USP eram em relação às verbas, agora não mais destinadas somente a ela (USP), também criticavam ao local dos institutos (interior do estado), isso ficava evidente nos debates dos órgãos administrativos da Universidade, assim como no Conselho Universitário ou o Conselho Estadual de Educação, criado em 1963, cuja maioria dos integrantes era da própria USP (CORREA, 2014b).

Outro disseminador de ideias contrárias aos IIES, na “defesa” da USP, foi o jornal *O Estado de São Paulo*, que em seus editoriais colocava-se contrário aos Institutos, argumentando sobre a questão orçamentária, pois as verbas enviadas para os IIES deveriam ir para a USP, que ainda carecia de muitos investimentos.

Sobre a fundação dos IIES, o jornal *O Estado de São Paulo* publicou que:

A instalação de novas faculdades de filosofia, ciências e letras em nosso Estado constitui medida descabida e insensata. Efetivamente, não é admissível que com o conhecimento da situação em que se encontra o ensino paulista, com suas sete ou oito escolas de filosofia em funcionamento, pretenda ainda o governo, sem nenhuma necessidade criar em Marília, São José do Rio Preto, Assis ou qualquer outro município, novos

estabelecimentos desse tipo. No caso das faculdades de filosofia o problema demanda cuidados especiais<sup>17</sup>.

Se os institutos em causa contribuíssem de algum modo para a difusão da cultura em São Paulo, poder-se-ia ainda compreender a proteção de que desfrutam e que vem prejudicando o reaparelhamento da Universidade de São Paulo. Tal não é, porém, o que acontece, como já acentuamos. De todas as faculdades citadas – e a elas se deve acrescentar a de São José do Rio Preto, fundada em 1957 – apenas Assis, pelos métodos nela aplicados e pela categoria de seu corpo docente, representa uma experiência digna de ser tomada em consideração. As demais só contribuem para a dilapidação dos dinheiros públicos, para manobras eloiçoeiras e para o desprestígio da cultura paulista. Urge, pois, que S. Exa. o governador, equacione novamente o problema à luz dos resultados desastrosos de um ano de experiência. Sabemos que o prof. Carvalho Pinto tenciona proceder a um reexame da questão. E estamos esperançados em que S. Exa. tomará decisões que o interesse da coletividade impõe.<sup>18</sup>

Os editoriais ofensivos do jornal *O Estado de São Paulo* sempre tiveram resposta da comunidade acadêmica dos IIES, que resistiam ao conservadorismo do jornal, da própria USP e da elite local, como nos afirma Correa (2014a):

Apesar dessas críticas, os Institutos Isolados assumiram e levaram adiante sua tarefa de promover a expansão do ensino superior público pelo interior do Estado contribuindo, ainda, de maneira eficaz para melhores condições de vida cultural nos espaços a seu alcance. Assim, foram responsáveis pela criação em diversos pontos do Estado, de clubes de cinema proporcionando à sociedade local não só a exibição de filmes de qualidade como também uma série de discussões a respeito dessa arte. (CORREA, 2014a, p. 46)

Em vários campi foram desenvolvidas atividades culturais, com formação de grupos de cinema, teatro, como o Grupo de Teatro Amador (GRUTA) em São José do Rio Preto, literatura, entre outros. Em Marília (outubro de 1961) foi criada a Associação Nacional de Professores e Universitários de História, ANPUH, para desenvolver pesquisa histórica, congregando historiadores de diversas regiões. Por outro lado, as ações desenvolvidas pelos campi também tiveram repercussão negativa diante da

---

<sup>17</sup> São Paulo, O Estado de São Paulo, 20/06/57, p. 3.

<sup>18</sup> São Paulo, O Estado de São Paulo, 07/04/60, p. 3

comunidade local conservadora, como ocorreu com a visita de Jean-Paul Sartre, Simone de Beauvoir e Jorge Amado, em 1960 ao campus de Araraquara.

O jornal *O Estado de São Paulo*, de novo entrou na “batalha” contra os IIES, “acusando-os” de “comunização”, evidenciando, mais uma vez, seu posicionamento diante da conjuntura brasileira e dos IIES. As ações reacionárias precederam ao golpe de 1964, já em janeiro (de 1964) o jornal comentava que a prova do vestibular para ingresso nos IIES continha autores comunistas; os moradores das cidades também se organizaram reacionariamente com a “Marcha da família com Deus”, contando com apoiadores religiosos, contra as ações dos docentes e dos universitários.

Segue texto do jornal *O Estado de São Paulo* sobre este momento, em que o professor Zeferino Vaz<sup>19</sup> atesta sobre a comunização do campus de Araraquara, sob a direção do professor Paulo Guimarães Fonseca.

O prof. Zeferino Vaz, presidente do Conselho Estadual de Educação, apresentou ao governador do Estado fatos que comprovam a existência, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara, de uma tentativa de “comunização” de estudantes, antes mesmo de seu ingresso naquele estabelecimento de ensino superior.

O prof. Zeferino Vaz chamou a atenção do governador para o fato de que, no programa dos exames vestibulares da Faculdade haja indicação apenas de autores marxistas como fontes de referência aos pontos de História do Brasil. Esses autores são Caio Prado Júnior e Celso Furtado<sup>20</sup>. Segundo o professor Zeferino Vaz, é sintomático que se exijam dos candidatos à Faculdade de Filosofia de Araraquara conhecimentos de História do Brasil à luz da interpretação marxista e que no programa das demais disciplinas não haja nenhuma indicação bibliográfica.

O diretor da Faculdade, prof. Paulo Guimarães da Fonseca, está em viagem pelos países da “cortina de ferro”, nos quais permanecerá durante seis meses.

Em princípios do ano passado, o prof. Paulo Guimarães Fonseca já havia indicado ao governador do Estado, para reger como professor contratado, as cadeiras de História das Doutrinas Econômicas e Políticas daquela escola superior, o marxista Caio Prado Júnior, dirigente do Partido Comunista do Brasil. Esse nome, todavia, foi impugnado pelo sr. A. de Barros<sup>21</sup>.

<sup>19</sup> Zeferino Vaz, formado em medicina pela USP foi o primeiro presidente do Conselho de Educação do Estado de São Paulo (1964-1965).

<sup>20</sup> Vale mencionar que Celso Furtado não era marxista.

<sup>21</sup> São Paulo, *O Estado de São Paulo*, 4 de abr., 1964, p. 3.

Percebe-se neste trecho que a ideia de comunização era recorrente, o clima internacional de caça aos “comunistas” ecoava no Brasil, o “perigo vermelho” estava em toda parte.

## 2.2 O Golpe

Em 31 de março de 1964, sob o comando do general Olímpio Mourão Filho, tropas militares de Minas Gerais marcharam em direção ao Rio de Janeiro para depor o presidente eleito, João Goulart. Deposto, Jango, como era chamado, voltou para Porto Alegre, sua cidade de origem, de onde partiria para o exílio no Uruguai em quatro de abril. No dia 1 de abril o Congresso declarou vacância do cargo presidencial, assumindo, como presidente interino (em dois de abril), o presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli.

Segundo Carvalho (2012), a cada avanço na participação política, temos, na História do Brasil, uma reação defensiva, um corte nos direitos políticos e civis. Foi assim durante o Estado Novo (1937 – 1945) e na Ditadura Civil-Empresarial Militar (1964 – 1985). Porém, devido às mudanças da sociedade, o alcance da ditadura militar foi maior – outras tecnologias, por exemplo – pior que no Estado Novo.

A ditadura civil-empresarial-militar brasileira durou vinte e um anos, de 1964 até 1985 e, de acordo com Carvalho (2012) este período pode ser compreendido em três etapas, a primeira, de 1964 até 1968, cujos governos foram do general Castelo Branco e Costa e Silva, com preponderância dos setores liberais das Forças Armadas, ocorrendo a modernização na capacidade do Estado intervir e regulamentar a economia. São marcas desta etapa: repressão, combate à inflação, queda no salário mínimo e um pequeno crescimento econômico (em 1968 a economia “volta a crescer”).

A segunda parte seria dos anos de 1968 até 1974, com os governos dos generais Costa e Silva e Médici, os chamados *anos de chumbo*, marcados pela primeira crise do petróleo, possuindo um viés mais elitista e tecnocrático da educação (fazendo parte da modernização capitalista), ocorre também a normatização e expansão do ensino superior com a fundação da UNESP no estado de São Paulo, por exemplo. Em 1968 ocorre a Reforma do Ensino Superior; há maior liberdade para o mercado e foi baixado, em 13 de dezembro, o AI-5, o pior ato institucional da ditadura.

O AI-5 foi a expressão mais forte da ditadura, durou até dezembro de 1978, dando poder de exceção aos governantes para punir de maneira arbitrária aqueles que fossem considerados inimigos do regime. O ano de 1968 é conhecido como *o ano que não acabou*, marcado na História do Brasil e na História Mundial como momento de grande contestação tanto na área política quanto na área cultural.

Também nesta etapa, segundo Carvalho (2012), tivemos crescimento econômico, alto endividamento externo, aumento das desigualdades sociais e o decréscimo do salário mínimo.

A última fase seria de 1974 até 1985, marcada pelos governos dos generais Geisel e Figueiredo, passando pela segunda crise do petróleo, por mais aumentos da dívida externa e gerando a crise do regime militar.

O golpe militar deu-se, segundo Carvalho (2012), principalmente, pela ameaça ideológica que os militares enxergavam na participação política e em ideologias de esquerda.

O golpe foi apoiado por parte da grande imprensa, também responsável pela imagem negativa do governo de João Goulart, também foi apoiado pela elite brasileira, pela classe empresarial, além dos EUA, que sustentaram, não só no Brasil, mas na América Latina, governos ditatoriais; medida que fazia parte da sua política externa de combate ao comunismo, durante a Guerra Fria.

Nestes primeiros momentos pós-golpe, uma junta militar, conhecida como “Supremo Comando da Revolução<sup>22</sup>”, passou a governar o país, constituída pelo marechal Artur da Costa e Silva, pelo tenente-brigadeiro Francisco de Assis Corrêa de Melo e pelo vice-almirante Augusto Rademaker.

As organizações de resistência armada logo foram desarticuladas, como o movimento campesino que existia no nordeste, tratado com extrema violência e desorganizado pelos latifundiários, a prisão do então governador de Pernambuco, Miguel Arraes (contrário ao golpe); a tentativa grevista convocada pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) também foi desarticulada.

---

<sup>22</sup> O nome da junta militar evidencia a forma como os militares lidavam com o golpe de 1964, vendo-o com uma Revolução.

Uma das características “diferenciais” do regime ditatorial brasileiro foi sua tentativa de ter legitimidade; assim, foram buscadas formas de institucionalizá-lo. Ideologicamente, justificava-se a partir do projeto político da Escola Superior de Guerra (ESG) e do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), combinando autoritarismo político-militar com instituições liberais (partidos políticos, parlamento). Com esta finalidade (de legalização do regime ditatorial) foram expedidos Atos Institucionais (AI) – decretos jurídicos que se sobrepujam à Constituição Federal.

Para melhor compreensão dessa organização autoritária, mas que também possuía características liberais, devemos considerar a cultura política brasileira, que possuía (e possui) tendências clientelistas, patrimonialistas e personalistas, na tentativa de conciliação, cooptação e acomodação (MOTTA, 2014). A cultura política brasileira “tem como marcas a flexibilidade, a recusa em definições rígidas e a negação dos conflitos, que são evitados ou escamoteados por meio de ações gradativas, moderadas, conciliatórias e integradoras” (MOTTA, 2014, p.13).

Economicamente, o período ditatorial foi marcado pela modernização conservadora (e autoritária), onde o novo dialogava com o velho, em um processo contraditório que visava à manutenção do *status quo* (mudar para não mudar).

A partir do golpe (31 de março de 1964), as atividades dos IIES ficaram restritas e vigiadas, passando, os professores, por questionamentos sobre suas posições políticas e práticas educacionais. Cursos que estudassem e debatessem a realidade brasileira eram os mais criticados e vistos com desconfiança; houve perseguição do Estado sobre a comunidade acadêmica, contudo, esta perseguição não foi só feita pelo Estado, internamente existiam aqueles que se sentiam aliviados com a tomada de poder pelos militares e a retirada de João Goulart, vigiando e denunciando seus “companheiros”, possíveis articuladores da revolução comunista no Brasil.

Sob a alegação de “comunistas” docentes passaram a ser perseguidos, investigados e muitas vezes presos. Para essas prisões muito contribuiu a formulação de denúncias da própria comunidade local que via com desconfianças o posicionamento de professores e de estudantes. Em algumas localidades, os delegados se dispuseram a não aceitar essas denúncias, a não ser que o autor da acusação registrasse a denúncia responsabilizando-se pela autenticidade daquela afirmação. Em razão disso, muitos delatores desistiram das acusações. (CORREA, 2014a, p. 48)

O golpe militar fazia eco aos desmandos que ocorriam no mundo inteiro pela disputa entre capitalismo e socialismo. A elite brasileira viveu durante a década de 1950 e início da de 1960 o medo da revolução socialista, vendo no governo João Goulart e em suas propostas reformistas o esboço de uma possível revolução, a exemplo do que havia ocorrido em janeiro de 1959 em Cuba, cujos líderes, Fidel Castro e Che Guevara inspiravam brasileiros “de esquerda”. A Revolução Cubana havia tirado do poder o ditador Fulgêncio Batista, ligado aos interesses estadunidenses; a princípio, a tomada do poder não tinha cunho socialista, porém, durante o processo revolucionário acabou por tomar este caminho, ameaçando os interesses estadunidenses que estavam de acordo com a Doutrina Monroe<sup>23</sup>.

Toda essa situação na América Latina e a geopolítica mundial desencadearam ações repressivas no Brasil; tivemos diversos grupos de interesses antagônicos apoiando a ditadura civil-militar/empresarial-militar, estes grupos viam na Revolução Cubana, nas Reformas propostas pelo governo Goulart e nas manifestações populares um possível caminho para a revolução comunista, que tanto temiam.

Os grupos que deram sustentação ao golpe de 1964 compunham uma frente heterogênea, representando tanto diferenças sociais quanto ideológicas, o que tornou impossível reunir uma coalizão tão ampla em torno de um programa afirmativo. Liberais, conservadores, reacionários, nacionalistas autoritários e até alguns reformistas moderados receberam com alívio o golpe, pois haviam perdido a confiança no governo de João Goulart. (MOTTA, 2014, p.8)

As medidas governamentais do período ditatorial voltadas para as políticas educacionais do sistema de ensino superior visavam “controlar” a produção intelectual acadêmica, com o intuito de conter o “avanço” do pensamento “de esquerda” e controlar a formação dos universitários. Essas ações foram apoiadas por várias frentes contrárias às reformas de base do governo anterior (Goulart) e às movimentações populares. A

---

<sup>23</sup> A Doutrina Monroe ou América para os (norte) americanos. Esta política foi instituída em 1823 pelo então presidente dos EUA, James Monroe, definindo as ações dos EUA em relação aos demais países americanos, colocando-o como liderança que garantiria a soberania das nações latino-americanas, que haviam promovido sua independência em relação às suas metrópoles. Esta doutrina passou a ser interpretada como imperialista, tão cedo os EUA mostraram seus interesses econômicos sobre as nações latino-americanas, ideal reforçado durante o século XX, com as intervenções nos países da América Central e do Sul.

política universitária durante a ditadura foi então resultado de choques entre grupos de opiniões divergentes, somados à pressão do movimento estudantil.

(...) o regime político construído a partir de 1964 teve dupla dimensão: ele foi ao mesmo tempo destrutivo e construtivo, embora seu impulso modernizador tenha se viabilizado de maneira repressiva. Em sua faceta destrutiva, o Estado autoritário prendeu, demitiu ou aposentou professores considerados ideologicamente suspeitos, assim como afastou líderes docentes acusados de cumplicidade com a subversão estudantil. Além disso, torturou e matou alguns membros da comunidade acadêmica que considerava mais perigosos. O anseio por uma limpeza ideológica levou ao bloqueio da livre circulação de ideias e de textos, e à instalação de mecanismos para vigiar a comunidade universitária. (MOTTA, 2014, p.7-8).

As ações repressivas invadiram os portões dos IIES, a censura e a perseguição fizeram parte do cotidiano universitário. Como forma de resistência, a comunidade acadêmica enviou denúncias para a imprensa, ainda que alguns jornais como *O Estado de São Paulo* se posicionassem a favor dos militares e das medidas repressivas.

É comum encontrarmos o termo *modernização conservadora* neste período, segundo Motta (2014),

(...) os processos de modernização seguiriam trilhas diferentes em alguns países, nos quais as tendências modernizadoras poderiam se mesclar a forças conservadoras. Essencialmente, o modelo destacava a formação de alianças reunindo burguesia e proprietários rurais, que, tangidos pelo medo da revolução social, iniciariam processos de modernização conservadora conduzidos pelo Estado. (MOTTA, 2014, p.11).

Ainda, segundo Motta (2014), a modernização conservadora racionalizou recursos universitários, buscou eficiência, expansão de vagas, apoiou a iniciativa privada, reorganizou a carreira docente com a criação de departamentos para substituir o sistema de cátedras, fomentou a pesquisa e a pós-graduação; no que se refere ao conservadorismo, especificamente, o Estado autoritário censurou ideias que fossem contrárias às suas, como as de esquerda, ou que abordassem, de alguma outra forma, os problemas nacionais; também perseguiu, prendeu, torturou e assassinou opositores, vigiou a comunidade universitária por meio de órgãos específicos como as Assessorias de Segurança e Informação (ASI), censurou também algumas pesquisas e livros e tentou inculcar seus valores conservadores por meio da propaganda política e de disciplinas voltadas para o ensino moral e cívico.

Sob o influxo da cultura política brasileira<sup>24</sup>, os governos militares estabeleceram políticas ambíguas, conciliatórias, em que os paradoxos beiravam à contradição: demitir professores que depois eram convidados a voltar, para em seguida afastá-los novamente; invadir e ocupar universidades que ao mesmo tempo recebiam mais recursos; apreender livros subversivos, mas também permitir que fossem publicados e circulassem. Como explicar o paradoxo de uma ditadura anticomunista que permitiu a contratação de professores marxistas e manteve comunistas em seus cargos públicos, enquanto outros eram barrados e demitidos? Como foi possível, no mesmo contexto, o marxismo ter ampliado sua influência e circulação nas universidades? (MOTTA, 2014, p.17)

Esta prática gerou danos à comunidade acadêmica, não só no sentido de controlar a produção científica com ações autoritárias de diretores e reitores, mas também, e principalmente, em relação aos direitos humanos. Como nas demais partes da sociedade civil, instaurou-se o medo, a clandestinidade, a insegurança, marcas que estão até hoje entre nós, na ausência daqueles que desapareceram, nos silêncios e nos gritos que ecoam através dos tempos.

Como mencionado, os atos institucionais eram decretados pelos governos, de forma a dar legitimidade à repressão. Já no início de abril de 1964, precisamente no dia 9, foi decretado o primeiro ato institucional (AI-1), cassando direitos políticos por dez anos, forçando a aposentadoria e o afastamento de alguns políticos e militantes contrários ao golpe, chamado pelos militares (golpistas) de Revolução.

Também “surgiram” Comissões de Inquérito e Inquéritos Policiais Militares (IPMs). Era a luta dos coronéis do Exército contra o “*perigo comunista*”, mas que, na verdade, serviu para vinganças pessoais, segundo Carvalho (2012).

Em 02 de outubro de 1965 foi decretado ao AI-2, abolindo as eleições diretas para presidente, dissolvendo os partidos criados a partir de 1945 e estabelecendo o sistema bipartidário, cujos partidos eram: Aliança Renovadora Nacional (ARENA),

---

<sup>24</sup> Conjunto de valores, práticas e representações políticas, partilhado por determinado grupo humano, expressando uma identidade coletiva à base de leituras comuns do passado e inspirando projetos políticos direcionados para o futuro (MOTTA, 2014, p.12).

(...) a cultura política brasileira tem como marcas centrais a flexibilidade, a recusa a definições rígidas e a negação dos conflitos, que são evitados ou escamoteados por meio de ações gradativas, moderadoras, conciliatórias e integradoras. Ressalte-se: a recusa de reconhecer e agudizar os conflitos, a tentativa de negá-los ou contorna-los, serve à manutenção da ordem desigual elitista, pois as estratégias conciliatórias ajudam a escamotear os problemas sociais e a exclusão política, bem como a postergar sua solução. (MOTTA, 2014, p.13)

apoiadora da ditadura e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), a oposição permitida.

Carvalho (2012) comenta que o partido de oposição vivia o drama hamletiano, o *ser ou não ser*, pois o ser era limitado e legitimava o regime ditatorial. Participando da oposição permitida, mantinha-se a ação opositora, mas emprestava legitimidade ao regime, permitindo-lhe argumentar que havia uma oposição real em funcionamento. Caso o partido se dissolvesse, deslegitimava o regime, porém, perdia o pouco espaço legalizado para a resistência. Não iremos debater as questões de partido ou legalidade da oposição, porém, acreditamos ser importante compreender as formas de resistência.

Em 13 de dezembro de 1968 o governo Costa e Silva decretou o AI-5, o mais radical de todos. Fechou-se o Congresso Nacional e suspendeu-se o *Habeas Corpus*. Em 1969, o presidente, general Médici, criou a nova lei de segurança nacional que permitia a morte por fuzilamento, este foi o ponto alto da repressão.

O fim da década de 1960 e a década de 1970 foram marcadas por maior censura nos meios de comunicação e também, em contrapartida, pelo começo das guerrilhas rurais e urbanas, por exemplo, em 1969, tivemos o sequestro do embaixador norte-americano para a “troca” por presos políticos, mas também tivemos a repressão com maior autonomia, prisões mais arbitrárias e tortura sistemática, os órgãos estudantis e sindicais eram os principais alvos da tortura (CARVALHO, 2012).

### **2.3 As ações da ditadura e os Institutos Isolados de Ensino Superior**

Antes mesmo do golpe de 1964, existia nas faculdades um clima de insegurança e perseguição; não só nas faculdades, como na sociedade brasileira. O medo de uma revolução à esquerda era muito presente nas elites nacionais. Assim, esta realidade se reproduzia no “locus” de formação do pensamento, o meio acadêmico. Começaram as denúncias, hostilidades e perseguições nos campi. A partir do golpe a situação piorou, professores e alunos foram investigados, presos, torturados.

As ações de resistência já apareciam nos IIES, a ideia de que as faculdades não se comunicavam e precisavam se organizar já havia surgido. Segundo os relatos de Percy Sampaio, professor da então Faculdade de Odontologia de Araçatuba, em entrevistas para o CEDEM no projeto Memória da Universidade, antes mesmo da existência da

UNESP havia um movimento de unificação dos IIES, concretizada em uma reunião em Araraquara, ainda que por questões salariais ou de interesses gerais que uniam tanto conservadores quanto progressistas, isso no segundo mandato do governador Adhemar de Barros (1963-1966).

O professor Percy Sampaio relata que ao perceber as movimentações em março de 1964 resolveu sair de Araçatuba, pois a cidade era muito conservadora, ele convivia com pecuaristas, donos do poder naquela região, que cometiam ações violentas, como a repressão aos sindicalistas na rua. Saindo de Araçatuba, foi para Gavião Peixoto, cidade de seus pais, onde descobre que de fato o golpe havia sido dado, e por motivos de segurança deixa sua esposa e volta para Araçatuba. Segue o relato do professor:

Deixei-a em Gavião Peixoto e voltei sozinho para Araçatuba. E, quando abri a porta do meu apartamento, eu morava em um sobradinho, em cima de uma sorveteria, encontrei um cartaz que dizia assim: "É hora de mudança: China, Moscou, Cuba ou cadeia". Aí eu fechei minha porta, peguei o cartaz, fechei a porta, não cheguei nem a entrar na minha casa, voltei, fui à Faculdade, disse ao secretário da Faculdade que ia pedir minha demissão, formulei minha demissão agradecendo ao Aldrovandi, dizendo que era por problemas de saúde, porque eu achei que ia ter uma guerra civil e não um golpe<sup>25</sup>.

O professor Percy Sampaio também comenta as ações do governador Roberto de Abreu Sodré, anterior ao Adhemar de Barros, quando Sodré chama os debates para dentro das faculdades, numa estratégia de retirar as movimentações “da rua”. Sampaio foi perseguido pela ditadura, tempos depois “absolvido” por falta de provas.

(...) tive que fugir de Araçatuba, fugi a pé. A fuga de Araçatuba é um negócio que precisava ser contado, precisa ser descrito: eu fugindo a pé, pela estrada de ferro, uma parte montado numa égua, em pelo, de terno e gravata, com uma malinha de James Bond, uma figura que precisa ser contada, precisa ser escrito. É o folclore da ditadura. Não vou falar da tortura, não vou falar de nada. Consegui fugir, acabei sendo preso no Chile, depois<sup>26</sup>.

Em sua entrevista o professor Sampaio comenta sobre seu exílio no Chile, na Holanda, seu retorno para a UNESP e o processo de Anistia.

---

<sup>25</sup> Entrevista de Percy Camargo Sampaio. Entrevistadora Anna Maria Martinez Correa. Local – São Paulo/ Data – 05/04/1993. 80p.

<sup>26</sup> Entrevista de Percy de Camargo, cit.

O professor Jorge Nagle também comenta em entrevista para o CEDEM sobre esse período em Araraquara, para ele, a situação de Araraquara foi diferenciada, visto que havia maior compreensão do delegado sobre os fatos.

Em 1964, tivemos gente da comunidade gritando na frente da escola que nós éramos comunistas. Teve gente que fugiu, teve gente que se escondeu, e felizmente, nós tivemos um delegado que foi extremamente compreensivo. Então o que aconteceu, por exemplo, em Rio Preto, não aconteceu em Araraquara. Em Araraquara foi muito leve e primeiro por causa do Diretor, que também era acusado. Em 64 acho que era o Doutor Paulo (Fonseca), ainda. Ele era também acusado de comunista. Então é aquela ideia de sempre, meio diferente, luta, ou briga, ou faz mensagens de natureza social, então é comunista, e, a partir daí recebe, não só uma crítica mas uma pressão muito grande, incluindo a do principal padre da cidade que ia às seis horas da tarde falar mal dos alunos, advertindo os familiares dos alunos e discutindo as posições dos professores. Isto para salvar a pátria de todos nós. Foi uma coisa, isso aconteceu em muitos outros lugares.

Em Araraquara, não houve prisões. Por isso que eu digo que Araraquara foi feliz por causa disso. Houve um delegado que foi muito compreensivo sobre isso, chegou até a nos antecipar certas coisas, para a gente se prevenir<sup>27</sup>.

A faculdade de Assis também sofreu ações repressivas. Na cidade, o movimento sindicalista dos ferroviários era forte e a ligação com professores da faculdade também, havia encontros para analisar a situação do país. Segundo Correa (2014b), por conta disso, cinco professores e sete estudantes foram presos, eram eles, respectivamente: Antonio Lázaro de Almeida Prado, Leônidas Helmuth Baebler Hegnberg, Livia dos Santos, Onosor Fonseca, Virgílio Benjamin Noya Pinto, Antonio Dimas de Moraes, Carlos Erivany Fantinati, Carlos Roberto de Oliveira, Izabel Jorge, Maria Helena Ribeiro Tucunduva, Maria Regina Carvalho de Oliveira e Marisa Amaral Gurgel.

Ainda que no interior paulista, distante da capital, e mais conservador, a resistência existiu e foi forte, assim como a resposta à resistência, a repressão. Ulysses Teles Guariba Neto comenta em seu depoimento para o livro *Tenho Algo a Dizer* o que aconteceu em São José do Rio Preto, primeiro Instituto Isolado invadido, onde professores perderam inclusive o cargo, em seu depoimento cita que houve a demissão de dezoito professores, quando a faculdade de Rio Preto não deveria ter mais que trinta.

---

<sup>27</sup> Entrevista de Jorge Nagle. Entrevistadora Glacyra Lazzari Leite. Local – São Paulo/ Data – 09/03/95, 33p.

Ao mesmo tempo compara as ações repressivas para com os institutos e para com a USP. Segundo o professor, apenas após o AI-5 a situação na USP mudou, com as cassações nas faculdades.

Fizeram uns inquéritos, mas houve uma certa proteção – a USP sempre foi protegida. Em 1964 teve os inquéritos, depois, em 1969, teve gente cassada, depois da morte do ex-presidente general Castello Branco e quando o Regime se fechou com o Ato Institucional nº 5, o AI-5. Foi depois do AI-5 que vieram as cassações: na Faculdade de Medicina, na Faculdade de Engenharia, na Faculdade de Filosofia. Foram: Fernando Henrique, Octavio Ianni, Florestan Fernandes<sup>28</sup> (p.79).

Para o professor, com a mudança nas ações do governo em 1968, a ditadura de velada passou a ser visível. Comenta também que o foco da repressão estava nos movimentos sindicais e na vigilância dos estudantes, por isso mesmo, a vigilância nas faculdades.

Os policiais frequentavam os campi e houve também uma conversão: muita gente foi participar de movimentos ligados à luta armada – mais ou menos intensamente. Houve em São Paulo uma classe inteira de pessoas que se voltaram para os movimentos de luta armada<sup>29</sup> (p.79).

O aluno Antônio Dimas de Moraes, que se tornou professor, relatou os idos de 1964 para o CEDEM. Moraes foi preso em 4 de abril de 1964 em Assis, sua família estava longe, em seu relato ele comenta que embora morasse em Assis, era visto como alguém de fora, acredita que por isso tenha sido preso de imediato enquanto outros colegas, que também participavam do movimento mas eram de Assis, não foram.

Bom, na verdade, é o seguinte: a gente tem que lembrar o seguinte, que em 64, a coisa aconteceu, nem os militares estavam sabendo muito bem o que eles queriam. A coisa se industrializou em 68, aí eles profissionalizaram a tortura, aí não tem muito espaço para brincadeira nenhuma, não é? ? Eu já estava fora, estava em São Paulo, trabalhando, mas nós soubemos depois, não sei se isso é verdade ou não, acho engraçado de qualquer forma, como piada, a gente não foi conduzido para Santos porque as viaturas estavam todas sem pneu. Então, você vê, era um nível assim, tão profissional, que não puderam transportar os presos para Santos, porque a viatura estava sem pneu.

<sup>28</sup> Entrevista de Ulysses Teles Guariba Neto para o livro *Tenho Algo a Dizer*. Memórias da Unesp na ditadura civil-militar (1964-1985).

<sup>29</sup> Entrevista de Ulysses Teles Guariba Neto para o livro *Tenho Algo a Dizer*. Memórias da Unesp na ditadura civil-militar (1964-1985).

(...) você pergunta: “Os estudantes não se mobilizaram?” Mobilização, não havia clima porque assustou, quer dizer, aquilo lá foi um choque tão violento que, de repente, emudeceu as pessoas, paralisou as pessoas. Você pode ter uma reação num centro, como São Paulo ou Rio, onde a sociedade está mais organizada ou porque a proteção, a legalidade, não sei - eu não sei analisar isso, os professores de Política que façam -, mas de qualquer forma, quanto mais você se afasta do centro grande, maior a tua vulnerabilidade<sup>30</sup>.

Outro professor que deixou seu depoimento no projeto Memória da Universidade (CEDEM), foi o professor Virgílio Noya Pinto, para ele, o golpe de 1964 pegou o curso de História, recém-criado em Assis.

O cenário das faculdades do interior, em cidades que, naquela época, na década de 60, por maiores que fossem ainda eram cidades pequenas, o corpo docente, tremendamente vigiado. Nós sofremos um bocado em Assis. Houve denúncia, houve até denúncia de, infelizmente a gente pode dizer, até de alunos, de namorados de alunas, sobretudo. Foram vinganças dos namorados das alunas, foi a carga que fizeram com os professores, vários professores foram presos, no meu caso específico, a minha casa era vigiada por cavaleiros. Enfim, é alguma coisa que está faltando na história das universidades e talvez nessa pesquisa se possa também levantar um pouco. Se fala muito da USP nesse período, mas não se tem nenhum relato do que foi isso nas faculdades do interior. Em algumas foi dramático. Em Assis mesmo foi dramático, um período bastante negro e eu deixo aqui um depoimento porque acho que nessa pesquisa talvez valesse a pena também se tirar um filão disso. O que foi o golpe de 64 nessas faculdades, em que a gente ficou a mercê da ação dos militares. A mercê de uma elite da cidade, elite às vezes se vingando da própria faculdade de maneira que é um capítulo da história do Brasil e da história de São Paulo, e, no caso, do interior de São Paulo, das universidades estaduais de São Paulo e que eu reputo importante.<sup>31</sup>

As ações repressoras se espalhavam por todos os campi. A professora Carmem Junqueira, do departamento de Ciências Sociais do campus de Araraquara foi presa, mas já em 1968, por conta de um jornal chamado Resistência que ela e alguns colegas distribuía, contra a ditadura militar. A professora Carmem ficou presa com outros colegas no DOI-CODI (Destacamentos de Ação Interna – Centros de Operação e Defesa

<sup>30</sup> Entrevista de Antonio Dimas. Entrevistadora – Marlene Aparecida de Souza Gasque. Local – Assis/ data – 04/11/91, 67 p.

<sup>31</sup> Entrevista de Virgílio Noya Pinto. Entrevistadora – Tânia Regina de Luca/ Local – São Paulo/ data 28/01/92, 17 p.

Interna) e também no DOPS (Departamento de Ordem Política e Social)<sup>32</sup>, em sua entrevista ao CEDEM, comenta sobre as torturas e o que mais se passava nestes estabelecimentos. Comenta ainda sobre a contradição de pessoas armadas torturarem e matarem para defender a pátria.

Em outras faculdades do interior, o mesmo acontecia, intervenções da polícia, denúncias internas, clima de medo, insegurança. Professores, funcionários e alunos, todos eram alvo do golpe de 1964. Abílio Clemente Filho, estudante da faculdade de Rio Claro, desapareceu ao ir pra Santos, em um feriado da Semana Santa. Seu desaparecimento mobilizou toda a comunidade acadêmica; Abílio foi procurado pelos colegas constantemente, por vários meios, mas “não se soube exatamente” o que aconteceu.

ABÍLIO CLEMENTE FILHO (1949-1971). Filiação: Maria Helena Correa e Abílio Clemente. Data e local de nascimento: 17/04/1949, São Paulo (SP) Data e local do desaparecimento: 10/04/1971, Santos (SP). Abílio era aluno do 4º ano de Ciências Sociais em Rio Claro, interior de São Paulo, e ativista do Movimento Estudantil. Desapareceu no dia 10/04/1971, quando caminhava com um amigo na praia José Menino, em Santos (SP). Existem pouquíssimos vestígios sobre o destino do estudante. Joana D’Arc Gontijo, presa no DOI-CODI/SP na época, garante ter ouvido gritos de homem durante toda a noite, na mesma data da prisão de Abílio. Porém nunca conseguiu confirmar a identidade do companheiro de cárcere que, ao que tudo indica, foi torturado até a morte. O caso de Abílio passou pela Comissão de Indenização dos Presos Políticos do Estado de São Paulo, sendo deferido. Considerou aquela comissão que “do conjunto dos indícios apresentados e do conhecimento dos procedimentos dos órgãos de repressão, era possível concluir pelo desaparecimento por razões políticas de Abílio Clemente Filho”. No processo da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos – CMDP, criada pela Lei 9140, de 1995, além do testemunho de Joana D’Arc, consta o depoimento do deputado estadual paulista Antônio Mentor, companheiro de Abílio na república estudantil em Rio Claro, que garantiu: “Abílio Clemente desapareceu quando em viagem a Santos, no dia 10/04/1971. Estava envolvido no Movimento Estudantil e chegou a participar de organização clandestina de combate à ditadura”.<sup>33</sup>

Segundo a conclusão da Comissão Nacional da Verdade (CNV), Abílio desapareceu em dez de abril de 1971, em Santos,

---

<sup>32</sup> Esses órgãos (DOPS e DOI-CODI) foram criados para garantir o controle e a “segurança nacional”, reprimindo opositores do regime militar.

<sup>33</sup> Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007, 400p.

(...) em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar, implantada no país a partir de abril de 1964. Recomenda-se a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a localização de seus restos mortais e identificação e responsabilização dos agentes envolvidos.<sup>34</sup>

Em Marília também ocorreram perseguições e, embora a diretora do campus, Olga Pantaleão discordasse dos posicionamentos à esquerda de seus professores e alunos, ela os defendia perante a cidade, segundo seu depoimento para o CEDEM, mesmo assim, os professores Antonio Quelce Salgado e Ubaldo Puppi foram denunciados por darem cursos sobre a conjuntura político-econômica do Brasil; por defenderem a reforma agrária e por participarem de um programa de alfabetização (Método Paulo Freire). Os dois professores acabaram presos.

Era como se a cidade se voltasse contra a Faculdade, pois o tipo de pensamento que “ela” disseminava era diferente do seu (cidade), conservador, nas falas da própria professora Olga (CEDEM – Memória da Universidade).

Em todos os Institutos Isolados ocorreram denúncias, ações autoritárias, prisões de professores, alunos e demais funcionários. Como relatado nesta pesquisa, um dos campi que teve uma perseguição muito expressiva, foi o de Rio Preto.

Segundo o jornal Última Hora

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto, é um dos 16 institutos isolados de São Paulo, dirigidos pela Câmara do Ensino Superior, do Conselho Estadual de Educação do governo de São Paulo. Foi o estabelecimento de ensino superior mais atingido pela “revolução” e possivelmente, será o único onde não se vislumbra, ainda, viabilidade de recuperação.

Desde a sua primeira administração, sempre existiram naquela Faculdade dois grupos antagônicos. Um composto por professores e numerosos alunos do curso de História Natural (os “democráticos”), sob a chefia dos professores Daud Jorge Simão, Celso Abbade Mourão e Luis Dino Vizotto, comprometidos com a primeira administração – diretor Rafael Grisi. Lembre-se, de passagem, que o diretor Rafael Grisi foi afastado da Faculdade pelo então governador Carvalho Pinto, após inquérito administrativo sobre corrupção, até hoje não concluído. O outro grupo composto por professores e alunos dos cursos de Pedagogia e de Letras Neolatinas e Letras Anglo-

---

<sup>34</sup> <http://memoriasdaditadura.org.br/memorial/abilio-clemente-filho/index.html>

Germânicas (ou “esquerdistas”) conseguiu sua vitória em 1962, com a substituição do diretor Grisi pelo professor João Dias da Silveira. Com o diretor Grisi foi também afastado o professor Daud Jorge Simão, permanecendo os professores Luís Dino Vizotto e Celso Abbado Mourão, este último, no entanto, demitido do cargo de vice-diretor.

Na luta para continuar controlando a Faculdade, o grupo Grisi iniciou o processo de incompatibilização da cidade com a escola, em termos ideológicos, acenando com possibilidades de que “os professores de fora poderiam ser substituídos pelos professores da terra”, que sempre pretenderam os cargos docentes, políticos, administrativos.

O golpe de 1º de abril propiciou a desforra daqueles que haviam sido derrotados com a demissão do Sr. Rafael Grisi. Um processo violento foi instaurado contra a Faculdade, agindo o delegado de polícia, sr. Tacito Pinheiro Machado, sob as garantias e os incentivos do juiz de Direito José de Castro Duarte, com arbitrariedade. Acertou-se o afastamento do diretor João Dias da Silveira, embora contra ele nada fosse feito, dado o seu bom relacionamento com alguns vitoriosos de abril. O grupo Grisi passou a ser “grupo revolucionário” e, sob a liderança do professor Daud Jorge (anteriormente demitido) e com o apoio do prefeito Loti João Bassit e do deputado estadual José Jorge Curi, passou a desmandar-se. Pretendeu-se, inicialmente, o “glorioso retorno” do sr. Grisi com o que não concordou o diretório municipal do PSP. Optou-se, então, pela nomeação do ... juiz de Direito da comarca, sr. José de Castro Duarte. E isso sem que o Tribunal de Justiça do Estado recordasse que, pela Constituição ainda vigente, há incompatibilidade absoluta entre o exercício da função de juiz (Judiciário) e a de diretor de Faculdade, subordinada ao Executivo, outro poder. O novo diretor-juiz levou para a secretaria da Escola um dos promotores de Justiça, sr. Adevanir Silveira, transferindo para esta capital o então secretário, sr. Valter Fogaça.<sup>35</sup>

O clima era de desconfiança em relação às faculdades. Por localizarem-se no interior paulista, existia uma espécie de confronto velado (ou não) entre a sociedade conservadora e o grupo de jovens idealistas. São José do Rio Preto comemorou o golpe.

Ontem, em São José do Rio Preto, os sinos das igrejas repicaram às 17 horas, saudando a solução da crise nacional, sem derramamento de sangue. Nessa cidade, haverá no domingo, a “Marcha da Família”, que se iniciará com missa campal, defronte da Catedral de Rio Preto seguindo-se a passeata.<sup>36</sup>

---

<sup>35</sup> São Paulo, Última Hora, 25 nov., 1964, p. 5.

<sup>36</sup> Marcha da família. São Paulo, O Estado de São Paulo, 13 abr., 1964, p. 3.

A faculdade de Rio Preto foi uma das mais prejudicadas durante o período ditatorial, havia passeatas reacionárias pela cidade, professores foram afastados, perderam seus cargos, fora as prisões que ocorreram. Motta (2014) cita em seu livro *As universidades e o regime militar*, as intervenções feitas nas universidades e menciona, como episódio de destaque, o caso da Faculdade de Filosofia de São José do Rio Preto, comentando que o impacto do golpe foi intenso.

A influência dos estudantes se revelava em detalhe significativo: eles haviam conseguido representação paritária nos órgãos colegiados da instituição, caso raro no Brasil. O diretor foi afastado e dezessete professores foram demitidos, alguns dos quais amargaram cadeia e longos interrogatórios. Entre os professores, alguns tinham militância comunista e outros partilhavam ideias socialistas, porém, provavelmente havia mais simpatia pelo socialismo cristão. Como se tratava apenas de uma faculdade, este foi, proporcionalmente, um dos maiores expurgos em instituição de nível superior no país. Nomeou-se um juiz de direito para atuar como interventor, e novos professores foram contratados para reorganizar a faculdade, que perdeu o viço e a criatividade anteriores. (MOTTA, 2014, p. 45)

Segundo Correa (2014a), ainda em Rio Preto, catorze professores foram indiciados e contra eles, testemunharam seus próprios colegas e alunos da faculdade, além de cidadãos de Rio Preto. Os professores indiciados foram: Casemiro Reis Filho, Flávio Vespasiano Di Giorgi, Franz Wilhelm Heimer, Hélio Leite Barros, Jamil Halmansur Haddad, Joacir Badaró, João Jorge Cunha, José Aluysio Reis de Andrade, José de Arruda Penteado, Ledercy Gigante, Maria Edith do Amaral Garboggini, Norman Maurice Potter, Orestes Nigro, Sara Rottenberg e Wilson Cantoni. Esses professores participavam de organizações teatrais, como o grupo de teatro Gruta, considerado “subversivo”.

Além de Rio Preto, houve prisões em Araçatuba, Araraquara, Assis, Marília e Rio Claro. Estas cidades eram conhecidas por terem um movimento operário intenso, promovido pelo sindicato dos ferroviários, que também foi “acusado” de ser comunista, juntamente com os professores.

Na cidade de Rio Claro, a marcha da Família reuniu a elite da cidade contra o “comunismo ateu”, como chamou o jornal de Rio Claro.

À tarde e algumas horas da noite de sábado último nossa cidade levou para as ruas o civismo da mulher e do povo rioclarenses e de todas as famílias que vivem com Deus, comungando com o

Credo da Liberdade. A Marcha da Família com Deus pela Liberdade, posteriormente denominada Marcha da Vitória, pelo feito glorioso de nossas Forças Armadas desfechando o golpe contra o comunismo ateu a infelicitar nosso país, marcou uma expressão de intensa brasilidade da nossa gente. Rio Claro se uniu aos compatriotas verdadeiramente democratas do Brasil todo que fizeram em suas cidades idêntica e soberba manifestação de amor a Deus, à Família e à Liberdade. [...] Avisados telefonicamente da passagem por esta cidade, porém rapidamente, do Deputado Cunha Bueno, elementos da Comissão Organizadora da Marcha da Vitória reuniram-se no Grupo Ginástico a fim de recepcionar o General da Democracia. Marcado o encontro para às 17,30 horas, o Deputado Cunha Bueno adiantou-se algum tempo, retirando se apressadamente, em virtude de compromissos inadiáveis com canais de televisão de São Paulo. Muitas senhoras, ao chegarem, dentro do horário marcado, não se avistaram com o Dep. Cunha Bueno. Atencioso, o parlamentar defensor da nobre causa da democracia portou em nossa cidade a fim de agradecer o convite que lhe fora feito para falar na concentração após a passeata. Às profas. Maria Luiza Schmidt Rheder e Maria Aparecida Bilac Jorge e mais algumas ali presentes o Dep. Cunha Bueno manifestou a sua admiração pela nobre e patriótica iniciativa das mulheres de Rio Claro pela causa da defesa da democracia. [...] grande emoção contagiou a massa popular. Uniram se com suas palavras de oradores o Padre Antônio de Moura Souza, sacerdote católico e o Pastor Presbiteriano Rev. Gutemberg de Campos. Ambos pronunciaram vibrantes discursos baseados na fé, em Deus condenatório ao comunismo, enquanto exaltaram a vitória da democracia sobre o regime comunista. Finalizando o sacerdote católico e o rev. Presbiteriano abraçados, recitaram a oração recomendada por Deus, o Pai Nosso. Emocionado, o povo os acompanhou nessa exteriorização de fé na grandiosa noite cívica de sábado último, quando a mulher rioclarenses e o povo realizaram a Marcha da Família com Deus pela Liberdade<sup>37</sup>.

Em Rio Claro também ocorreu a prisão de um dos docentes, o professor Warwick Estevam Kerr, do departamento de biologia; sua prisão foi objeto de inquéritos policiais, notas de jornais com o teor de “caça às bruxas”, mas também promoveu a reação dos estudantes que se manifestaram em defesa do professor. Esta manifestação dos estudantes acabou por gerar mais prisões.

Segundo o professor Amilton Ferreira, também do departamento de biologia de Rio Claro, em entrevista para o CEDEM – Projeto Memória da Universidade, o grande

---

<sup>37</sup> Com Deus, pela Liberdade: A Marcha da Família em Rio Claro. Jornal Diário do Rio Claro, 7/4/64, p. 4.

nome da faculdade de Rio Claro era o professor Kerr, reconhecido já nacionalmente como profissional, ele despertava o entusiasmo dos alunos devido ao seu engajamento político.

Nós fizemos um movimento para libertá-lo. Depois que nós havíamos libertado, nós fomos presos. Então, ele era uma pessoa cuja universidade girava muito em torno dele. Ele foi uma pessoa que eu não diria... que tem... a presença dele é marcante no Instituto de Biociências hoje, originário da antiga Faculdade de Filosofia.

Foi uma época terrível. Eu tenho uma história complicada, complicada pela minha prisão. A minha prisão foi uma coisa interessante. Ela aconteceu no dia trinta, no dia trinta e um de março...de 1964. No dia da revolução. E eu sempre costumo dizer que foi um dia meio complicado para mim. Não, não complicado, foi o dia que eu fui preso, o dia da revolução, o dia do meu aniversário, e o dia em que eu conheci minha mulher. [...] Então, foi muito interessante a minha saída da prisão, porque este dia marcou, todos esses aspectos.

Estávamos na realidade num movimento. Era uma época em que já se começava lutar pela moralidade, para se acabar com corrupção. E nós tínhamos na época, algumas pessoas na Universidade, na antiga Faculdade de Filosofia, cujo o comportamento não era o mais adequado para a ocasião. Então, nos tínhamos suspeitas de corrupção, de roubo, algumas coisas dessa natureza. E nós tínhamos na época também, um problema que nos atingia muito. Os salários dos professores das universidades eram diferenciados. Os professores da USP ganhavam mais que os professores dos antigos Institutos Isolados. A Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Rio Claro, assim como todas as outras faculdades que estavam pelo interior, não se constituíam numa faculdade, mas constituíam o que se chamava de Sistema Isolado de Ensino Superior, do interior do Estado. E o salário de seus integrantes era inferior os da USP. E nós estávamos sempre correndo o risco de perder os nossos melhores professores para a Universidade de São Paulo. Então, começamos uma campanha muito forte, numa tentativa de equiparação salarial. E fizemos uma passeata, uma passeata muito forte. E eu fui um dos organizadores dessa passeata. E evidentemente, naquela época, você fazer passeata, você fazer essas coisas de protesto, você já começava a causar preocupação aos órgãos diretores da época. E o nosso Secretário Geral, de nome Martins de alguma coisa, que eu não me lembro, (Martim Fernandes Bueno de Mesquita) era uma pessoa muito ligada ao delegado de polícia, que era uma autoridade, na época, que tinha todos os poderes. Realmente ele prendia quem ele queria, soltava a hora que ele queria sem o menor... E eu já tinha, na realidade uma ameaça de prisão por alguns movimentos que a

gente vinha fazendo. Era uma coisa incrível porque a gente começava a fazer — contanto essas coisas hoje, parecem piadas e coisas ridículas — mas nós começamos a montar um movimento de alfabetização popular. E quando nós tentávamos o movimento de alfabetização, isso era interpretado como uma tentativa de movimentar as bases para um levante popular contra o governo que estava instalado. Então, essas coisas começaram a passar, e, na realidade, nós não tínhamos nenhuma dessas preocupações. Mas isso crescia, isso era comentado na comunidade, principalmente porque nós éramos muito perto do professor Kerr, que tinha uma atividade política. Ele sempre foi de esquerda, sempre foi socialista declarado, ele foi preso por isso. Ele foi indicado, eu me lembro para ocupar o Instituto de Pesquisa da Amazônia, ele não pôde ocupar porque, isso muito tempo depois, porque o Geisel o vetou porque ele estava nesta lista, foi originária deste secretário que encaminhou aqui na época, em Rio Claro. Então, foi uma série de acontecimentos que foram ocasionando. E aí eu me lembro que num determinado momento, nos estávamos, pichando a cidade. Na verdade, nós estávamos escrevendo com cal na cidade, para a comunidade tomar conhecimento de uma série de fatos que vinham acontecendo na comunidade de Rio Claro. E eu me lembro que eu estava bem em frente ao Mercado Municipal, nós havíamos já pintado a cidade em vários pontos. [...] E nos estávamos lá caiando, escrevendo algumas coisas, quando a polícia chegou, prendeu todo mundo. E aí ficou aquele problema de identificação, não identificação, para saber se aquelas pessoas presas eram aquelas que estavam listadas por essas razões outras. E o secretário, ele não teve dúvidas; como nós nos negávamos a nos identificar, porque era uma época de repressão, porque vários estudantes já haviam desaparecido, tinham sumido. E eu tinha a história de um próprio irmão, meu irmão na época estava desaparecido, ninguém sabia onde ele estava, dois meses ele ficou desaparecido. Nós nos negávamos a nos identificar. Aí ele não teve dúvidas, ele pegou todas as fichas dos alunos, foi à Delegacia com as fichas e foi identificando aluno por aluno junto ao delegado. Então quando nós chegamos na sala do delegado estavam lá nossas fichas de estudantes, e o delegado: "Ah, você não quer se identificar", pegava a ficha da Faculdade e identificava todos os alunos. É claro que depois disso nos fizemos um grande movimento para a saída do secretário. Aí teve um enterro simbólico, nós fomos processados, foi uma época muito interessante, foi uma época que marcou muito, eu acho que foi fantástico.<sup>38</sup>

Não só docentes e estudantes das faculdades sofreram ações durante a ditadura militar, professores e estudantes secundaristas, sindicalistas, a comunidade civil de

---

<sup>38</sup> Entrevista de Amilton Ferreira. Entrevistadora – Leila Marrach Basto de Albuquerque/ Local – Rio Claro/ Data – 14/10/1994/ CEDEM – Projeto – Memória da Universidade.

forma geral e também grupos de militares contrários<sup>39</sup> à ditadura sofreram perseguições, denúncias, tortura, assassinato.

As ações autoritárias e repressoras não foram isoladas nem “apagadas” no tempo, fazem parte da história de vida dos docentes, dos alunos, de suas famílias, são suas memórias. As acusações, perseguições, prisões e torturas marcaram a vida destas pessoas, professores tiveram seus cargos cassados, foram demitidos ou foram obrigados a se transferir, gerando um clima de insegurança na comunidade universitária, não só dos Institutos Isolados de Ensino Superior, como também de outras faculdades e universidades. Trezentos docentes da USP haviam sofrido ações do regime ditatorial e sobre esta passagem, Correa (2014b) comenta que “(...) a percepção de que a cúpula administrativa compactuava com o poder discricionário da ditadura inquietava cada vez mais docentes, estudantes e funcionários” (CORREA, 2014b, p.75).

Uma das formas que os estudantes encontraram para evidenciar seu posicionamento contrário ao regime ditatorial ocorreu em 1967 na Faculdade de Medicina de Botucatu. Conhecido como *Operação Andarilho*, o movimento reuniu estudantes que marcharam pelo interior até a capital, unindo-se a outros estudantes; assim, buscavam demonstrar seu descontentamento com a política, além de pedir recursos para a faculdade de medicina e para o corpo docente.

Segundo Motta (2014), o movimento estudantil foi o grande alvo dos órgãos repressores da ditadura militar, ganhando destaque no fim da década de 1960, sofrendo ações de extrema violência pelo Estado. Além de manifestarem-se em defesa da democracia, contra a violência de Estado, os estudantes também se manifestavam contra as mudanças propostas pela reforma universitária. Os ministros da Educação deste período, Luís Antônio da Gama e Silva (apenas abril de 1964), primeiro reitor da USP, ficou somente duas semanas e Flávio Suplicy de Lacerda (entre abril de 1964 e março de 1965), reitor da Universidade Federal do Paraná, ficaram conhecidos por tentar acabar com o “comunismo” na formação da juventude. Lacerda tentou fazer uma “limpeza” no Ministério da Educação (MEC), novamente contra ideais comunistas, ficando conhecido pela forma violenta como agia.

---

<sup>39</sup> Tema pesquisado pelo professor Paulo Ribeiro da Cunha, do curso de Ciências Sociais da UNESP de Marília e pesquisador/consultor do grupo de trabalho da Comissão Nacional da Verdade.

Cabe-nos mencionar aqui, mais uma vez, que além dos dois ministros, famosos por suas medidas repressivas, parte da comunidade universitária apoiou o golpe militar, inclusive, a intervenção dos militares dentro das universidades e faculdades. “Se entre as esquerdas o golpe foi recebido com frustração e ódio, outros segmentos da comunidade universitária reagiram com alívio e entusiasmo” (MOTTA, 2014, p.33).

(...) a reforma realizada pelo regime militar foi o efeito paradoxal de pressões contrárias, de liberais, conservadores, militares, religiosos, intelectuais (e professores universitários), a que somaram os “conselhos” de assessores e diplomatas norte-americanos, tendo como cenário a rebeldia estudantil. (MOTTA, 2014, p.8)

A situação de controle nas universidades se ampliava. Em 1963 foi criado o Conselho Estadual de Educação; os IIES que antes estavam sob o comando da Secretaria de Educação, passaram para o CEE. Em 1969 foi instituída na Secretaria da Educação a Coordenadoria do Ensino Superior do Estado de São Paulo (CESESP), para gerenciar a administração dos IIES, segundo Correa (2014b),

As decisões vinham prontas dos órgãos procedentes da Secretaria da Educação. Em 1969, a criação da CESESP é o ponto crucial dessa forma de gerenciamento político. Todas as decisões passavam pelo crivo desse organismo sem que houvesse qualquer tipo de informação, ou de esclarecimento, sem a menor transparência. A CESESP funcionou como uma espécie de reitoria exercendo sua ação sobre todos os Institutos Isolados até a criação da UNESP. (CORREA, 2014b, p.21)

As decisões relativas às faculdades chegavam prontas, não havia participação da comunidade acadêmica, nem transparência em relação às decisões.

Segundo o professor Roberto Ribeiro Basilli, que foi professor e pró-reitor da UNESP,

Com a vigência do AI-5, as forças de repressão na época eram bastante pesadas e o corpo administrativo que estava na CESESP, não tinha, a bem da verdade, qualquer ligação com o regime militar, pessoas que tinham vindo, eu, por exemplo, de uma Faculdade de Direito. Lá é considerado o berço da democracia e tinha uma formação totalmente democrática e liberal. Era o que eu aprendi no banco de escola. O Professor Luiz Martins, também veio da USP, onde havia toda uma tradição de colegiado. Então veja: nesse período principalmente e que não foi tanto o do Professor Luiz Martins, mas antes, no período dos professores Marcelo Moura Campos e Dorival

Teixeira Vieira, as forças de repressão atuavam em cima da CESESP. O que significa isto? Significa que quando chegava um processo de contratação em São Paulo, a força de repressão já sabia quem estava sendo proposto para a contratação. E, muitas vezes, você tinha o ato administrativo correto, a pessoa era a mais indicada, a selecionada, a mais competente mas não saía a contratação. Quando chegava na CESESP, não acontecia a contratação. E aí começava o mal-estar porque, de um lado, o coordenador tinha que dizer para a comunidade: “Esse professor não vai ser contratado.” E a comunidade não sabia porque: ou porque ele pensava com a esquerda ou porque ele era atuante da esquerda ou porque podia ser até revolucionário mesmo. Então, a força de repressão não deixava sair e criava-se um atrito, porque o coordenador e o diretor ficavam no meio do caminho, tinham que dar uma satisfação à comunidade e não tinham condições pra pressionar o secretário ou o próprio governador. O próprio governador não tinha domínio da situação, isto é a verdade. O domínio da situação era da chamada Operação Bandeirante, formada por representantes do Ministério da Aeronáutica, da Marinha, do Exército e do DOPS. Ela tinha o controle dessa situação. Não era feita a contratação. E havia um detalhe: é que não se sabia quem era quem. Você não tinha como. Chegava-se o confidencial: “não se recomenda a contratação de fulano de tal, por causa disso, disso, disso, disso,” igual uma ficha. Quando se falava não recomenda, estava dizendo que não era para contratar, não é não recomenda, não era uma sugestão, era uma maneira polida de dizer: “não contrate.” Na ditadura era assim. Essa foi uma realidade que nós vivemos. Isto desgastou demais todos nós porque, de um lado, quando defendia um professor, a contratação de alguém, era visto pela força de repressão como um simpatizante da esquerda e, de outro lado, você era visto pela esquerda como simpatizante da direita.<sup>40</sup>

Por ser um local de formação do pensamento e de debates, o meio acadêmico foi alvo de muitas intervenções. “As escolas e universidades eram o lócus de treinamento de mão de obra qualificada e líderes, mas também espaço fundamental para o debate de ideias e a formação de opinião” (MOTA, 2014, p.10). Justifica-se por isso o interesse maior em controlar e punir as ações vindas dos professores e estudantes. Sob esta perspectiva, efetivou-se um acordo entre o Ministério da Educação e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (MEC-Usaid<sup>41</sup>). Os modelos educacionais estadunidenses serviriam de modelo para os brasileiros; pautavam-se em

<sup>40</sup> Entrevista de Roberto Ribeiro Bazilli/ Entrevistadoras: Anna Maria Martinez Corrêa e Marcia Regina Tosta Dias/ Local – Guaratinguetá/ Data 10/09/98/43p./ Acervo CEDEM. Projeto – Memória da Universidade.

<sup>41</sup> United States Agency for International Development.

teorias relacionadas à Guerra Fria, visando dominar a América Latina e os demais países considerados “atrasados”, já que este “atraso” poderia levar a uma revolução social; assim, organizou-se uma política de modernização, tornando-se a educação um dos meios para este fim. Mais uma vez, fica evidente o interesse do Estado no controle do universo acadêmico.

Como veremos a seguir, a formação da UNESP está diretamente ligada a toda esta travessia da comunidade acadêmica; sua fundação foi marcada pelo autoritarismo do governador do estado de São Paulo, Paulo Egydio Martins, mas também pela resistência e luta de parte de estudantes e professores.

## 2.4 A fundação da UNESP

Em 1975, poucos meses antes da lei estadual nº 952 criar a UNESP, os IIES reuniam cerca de 11.000 alunos, 2.685 funcionários e 1.617 docentes, segundo os dados da Revista comemorativa da ADUNESP de 1996 (p. 7), ou seja, já possuía um corpo considerável de alunos e professores.

A fundação da UNESP foi uma imposição do governo estadual, não houve consulta para a sua criação, nem dos docentes dos IIES, tampouco da comunidade local. Professores foram transferidos, não havia preocupação com a construção acadêmica e a justificativa para os “desmandos” sempre foi a questão econômica, como ressalta Correa (2016) em sua fala ao Debate do CEDEM, realizada no *Debate Cedem UNESP – Comissão da Verdade da UNESP – Luta pela Memória e Justiça* em 26 de março de 2016<sup>42</sup>. Para a pesquisadora, a Universidade se montou como uma estrutura artificial, centralizada, fato que foi evidenciado em seu primeiro Estatuto, de 1977, quando o poder centralizado foi mantido e a estrutura hierarquizada em títulos.

No decorrer da existência da UNESP, houve invasões policiais em vários campi, como Botucatu e Assis, perseguição aos professores e estudantes, como já mencionado e, mesmo depois de proclamada a Anistia (1979), as questões autoritárias foram mantidas e a universidade continuou com a mesma estrutura existente durante regime militar.

---

<sup>42</sup>Debate CEDEM-UNESP – Comissão da Verdade da UNESP: luta pela memória e justiça! Vídeo disponibilizado pelo canal do Cedem UNESP no YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=-zgnZscel48&t=6035s> Acesso em jun. 2017.

Segundo Correa (2014a), verifica-se a posição autoritária, herança do período ditatorial, nas ações de diretores e reitores, nas ações do Conselho Universitário. Quando, por exemplo, se esperava que a universidade requeresse a reintegração dos docentes cassados durante a ditadura, por meio do Conselho Universitário, isto não aconteceu; foi somente a partir de pressões da ADUNESP que a reintegração foi colocada em pauta no CO (Conselho Universitário).

Segundo Valdergorn (2003), temos no Brasil as faculdades superiores e as inferiores. As superiores seriam aquelas responsáveis pela formação da elite e dos dirigentes administrativos do Estado e as “inferiores” seriam aquelas responsáveis pela formação doutrinária – pensamento liberal e mais recentemente à doutrina de Segurança Nacional. O modelo de universidade brasileiro inspirou-se nos modelos alemão e francês, do alemão, o liberalismo e do francês a centralização e o autoritarismo.

Fundada pelo governador do estado de São Paulo, Paulo Egydio Martins, por meio do Decreto nº 952, em 30 de janeiro de 1976, a UNESP unificou os 14 Institutos Isolados de Ensino Superior. O autoritarismo vigente na política brasileira ecoou nas medidas tomadas em relação à Educação e à formação da UNESP. Assim, sua história começa com a ameaça de fechamento de cursos, nascendo sob o signo da repressão, do autoritarismo, do medo.

Segundo Ulysses Teles Guariba Neto em seu depoimento para o livro *Tenho Algo a dizer* (2014), já mencionado,

[...] na criação da Unesp foi feito um tremendo de um fechamento – uma ação entre amigos. Fecharam cursos e distribuíram cursos em função de interesses puramente locais. Diziam alguns mais afoitos que visavam privilegiar as escolas privadas; então não queriam alguns cursos universitários porque na localidade lá tinha uma escola que estava crescendo, então eles eram transferidos para outra. De fato houve remanejamentos em função de interesses locais: “esses sociólogos aqui de Prudente estão nos incomodando, mande-os para Marília”; “os filósofos aqui de Assis incomodam pra caramba. Aqui é um curso de Letras e não pode ter um curso de Filosofia que só atormentam nossos alunos; leva o curso de Filosofia para Marília”. Coisas assim. Tiraram um curso de São José do Rio Preto e mandaram para Marília. Enfim, arranjos internos da faculdade (GUARIBA NETO, 2014, p.83).

Como forma de resistência, organizou-se, seis meses depois, a Associação dos Docentes da UNESP, ADUNESP. Embora traga no nome o título associação, trata-se do sindicato dos docentes da UNESP, cuja história confunde-se com a da própria

universidade. A ADUNESP teve como parte de seus diferenciais em relação as outras duas universidades estaduais (USP e UNICAMP), ser um sindicato multicampi, distribuído pelo interior. Teve como pauta de suas ações a luta por uma universidade mais acessível e democrática, luta pela autonomia dos professores, pelo não fechamento de cursos e mudanças de campus. Nas palavras dos sindicalizados representados pela revista comemorativa pelos vinte anos do sindicato. “O sindicato se constituiu como fruto da união dos docentes, agindo como mecanismo de resistência ao regime ditatorial, na busca por uma universidade democrática e acessível” (REVISTA ADUNESP, 1996, p.6).

“Era uma época de muita ansiedade e preocupação, porque tínhamos que optar entre a transferência forçada para outra unidade e um futuro totalmente imprevisito.” (REVISTA ADUNESP, 1996, p. 8).

O professor Ulysses Telles Guariba Neto, que viria a ser o primeiro presidente da ADUNESP, comenta em seu depoimento sobre a fundação da UNESP, sobre o primeiro reitor Luiz Ferreira Martins ter sido do Conselho Estadual de Educação (CEE), secretário da Educação de Paulo Maluf e que foi ideia de Martins a unificação dos IIES em uma universidade. Segue seu depoimento

O que fazer? Fazer uma universidade foi a proposta do Luiz Ferreira Martins. Ele juntou um grupo – de titulares, catedráticos – e transformou esse grupo numa “clientela” de amigos dele. Eles elaboraram um projeto de Estatuto. Primeiro fizeram a média política. “Maluf: O nome da faculdade terá que ser ‘Júlio de Mesquita Filho’, porque você vai ter o Estadão do teu lado”. E o jornal era contra! O Estadão tinha uma tradição, fazia editoriais contra os institutos isolados.

(...)

Tem uma história famosa e verdadeira. Um deputado chegou no portão dos Mesquita e disse: “Consegui uma faculdade para minha cidade”. E a resposta: “Lamento. Pêsames! Porque vocês estão, ao criar esses institutos, enterrando o ensino público da USP”. Ele era defensor da USP e não queria que o dinheiro público fosse para outras unidades, achava que tinha que ser concentrado na USP. Era uma visão dele, do Roque, do João Villa-Lobos – que eram redatores, editorialistas do Estadão na época. Havia outro que foi reitor de Brasília, que era do mesmo grupo, também jornalista do Estadão. A ideia de pôr “Júlio de Mesquita” era exatamente para ter o apoio do jornal para formação dessa nova universidade (GUARIBA NETO, p.82-82).

Assim, de forma autoritária e seguindo os interesses capitalistas de padronização e racionalização de recursos, os IIES fundiram-se em uma universidade.

## **2.5 A UNESP e a Fundação da ADUNESP**

A Universidade Estadual Paulista nasceu sob o signo da ditadura civil-militar brasileira, passando por momentos antidemocráticos, diminuição de recursos, fechamento de cursos e transferência de docentes. Foi a partir dessas ações da reitoria e do governo que os professores se uniram, fundando a ADUNESP, em junho de 1976, a primeira associação docente após o golpe militar.

Segundo Correa em entrevista à Revista comemorativa de vinte anos da ADUNESP (1996), a ideia do sindicato surgira nos anos 1960, diante das experiências vividas pelos professores nos Institutos, da necessidade de maior comunicação e organização, promovendo maior contato entre os programas e os campi.

A situação política nacional, assim como a situação política do ensino universitário foram as circunstâncias que proporcionaram a união dos docentes por uma universidade democrática, por autonomia e liberdade, por um país livre do autoritarismo.

Nas palavras do próprio sindicato, por meio da REVISTA ADUNESP<sup>43</sup>, esta entidade se constituiu como fruto da união dos docentes, agindo como mecanismo de resistência ao regime ditatorial na busca por uma universidade democrática e acessível (REVISTA ADUNESP, 1996, p.6).

“Era uma época de muita ansiedade e preocupação, porque tínhamos que optar entre a transferência forçada para outra unidade e um futuro totalmente imprevisto.” (REVISTA ADUNESP, 1996, p.8).

Waldemar Saffioti, professor de química da Faculdade de Ciências e Filosofia de Araraquara, aparece nos relatos da revista como o idealizador daquilo que se tornaria a ADUNESP: “Somente a organização de uma forte associação dos docentes da UNESP nos dará poder reivindicatório e participação condizente nas decisões da universidade”. (REVISTA ADUNESP, 1996, p.6).

---

<sup>43</sup> Edição produzida em 1996, em comemoração aos vinte anos da associação, disponível online: <http://www.adunesp.org.br/atx/arquivos/arqAdunesp--23-09-2015--5602fc5fb36d7.pdf?id=127>

Nascido em 1922 na cidade de Bragança Paulista, o professor Saffioti veio a falecer aos 77 anos na cidade de Araraquara, onde residiu por muitos anos. Durante a década de 1960 fez parte do grupo que iniciou a instalação do Curso de Química e do Departamento de Química da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara, um dos IIES. Este departamento deu origem ao Instituto de Química da Unesp (de Araraquara). Em artigo da revista Química Nova, disponibilizado pelo Scielo<sup>44</sup>, há um histórico sobre o professor Saffioti.

É de 21 de dezembro de 1959 a proposta de contratação do Prof. Saffioti encaminhada pelo Prof. Paulo Guimarães da Fonseca (na época professor da Escola Politécnica da USP), primeiro Diretor da FFCLA, ao Prof. Gabriel Sylvestre Teixeira de Carvalho, Reitor da USP e presidente do extinto Conselho Estadual do Ensino Superior do Estado de São Paulo. Em documento de 28/01/1960, o CEES aprovou a contratação do Prof. Saffioti para "reger a cadeira de Físico-Química e Química Superior" da FFCLA. A ideia inicial era criar uma Faculdade de Química em Araraquara com o objetivo específico de implantar no interior do Estado de São Paulo, na época do governo Jânio Quadros, uma Escola de Química para a formação de professores destinados ao Ensino Secundário, em vista do exíguo número desses profissionais existente na época.

[...]

O Prof. Saffioti, além de dedicar-se às suas atividades na área da Físico-Química, sempre foi um crítico austero da política universitária. Fundou a Associação dos Docentes da Unesp (ADUNESP). Após a sua aposentadoria envolveu-se na política local e nacional. Foi vereador, em Araraquara, na década de 70 e candidato a deputado federal, tendo obtido, em 1982, mais de 50 mil votos. Atuando sempre como defensor dos Direitos Humanos, participou ativamente das campanhas para a anistia de presos políticos. Apoiou os movimentos pelas reformas agrária e tributária e defendeu o programa pró-álcool (MASSABI, 1999).

Em reunião datada de sete de abril de 1976, o professor Saffioti foi indicado como representante da unidade para elaborar um anteprojeto de Estatuto, junto a uma comissão. Elaborado o anteprojeto, o professor seguiu, ainda na mesma semana, para outros campi com o intuito de apresentar a ideia do sindicato e iniciar o processo de adesão dos docentes. Segundo a REVISTA ADUNESP (1996), até o fim de abril ele teria ido à UNESP de Rio Claro, Marília, Assis (onde se encontraria com o futuro

---

<sup>44</sup> MASSABNI, Antonio Carlos; MELIOS, Cristo Bladimiro; FRANCO, Douglas Wagner. In memorian. **Quím. Nova**, São Paulo, v. 22, n. 4, p. 630-631, July 1999. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-40421999000400024&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-40421999000400024&lng=en&nrm=iso)>. access on 22 Mar. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-40421999000400024>.

presidente da ADUNESP, Ulysses Teles Guariba Netto), Presidente Prudente, Araçatuba, São José do Rio Preto, Jaboticabal, Botucatu, Guaratinguetá, Franca, São José dos Campos e o Instituto das Artes de São Paulo. Vale lembrar que as condições das rodovias na década de 1970 não são as mesmas de hoje e que ir de um campus ao outro era não era tão simples.

Ainda na cidade de Araçatuba, Saffioti soube por parte de um dos docentes, cujo nome não foi citado na revista, que o diretor do campus, professor Roberto Pannain, os havia proibido de participar da formação do sindicato, evidenciando uma ação autoritária em sintonia com a política nacional vigente. O próprio professor Pannain o advertiu: “Saffioti, você está procurando sarna para se coçar” (REVISTA ADUNESP, 1996, p.7). A sarna para se coçar seria a formação de um sindicato de professores em pleno regime militar, regime de exceção, que tirara os direitos da população. Se a intenção da advertência do professor Pannain era parar com a organização dos professores, não obteve êxito, as visitas aos campi continuaram, criando vínculos e fortalecendo a organização dos docentes.

Um dos pontos relevantes sobre a organização da ADUNESP é que, diferentemente das outras duas universidades estaduais, USP e UNICAMP, a UNESP era multicampi, espalhada pelo interior paulista, como já mencionamos, portanto, os esforços no sentido de promover a união, conscientização, e formação do sindicato foram mais complexos, inclusive por estarem longe da capital paulista. A infraestrutura das estradas, toda a locomoção, não era coisa rápida e fácil.

Ainda assim, as dificuldades não foram suficientes para silenciar e impedir que o sindicato se formasse, “(...) na maioria dos campus visitados, vão sendo eleitos representantes. A primeira reunião conjunta acontece no dia 15/05/76, em Rio Claro. Redigido o projeto de estatuto do sindicato, marca-se uma assembleia geral para junho, em Araraquara”. (REVISTA ADUNESP, 1996, p.7)

Em 05 de junho de 1976, contando com trinta e cinco professores, estava fundada a Associação dos Docentes da UNESP. Alguns assuntos foram temas centrais nesta primeira etapa, como a eleição da primeira diretoria, que contaria com presidente, secretário e tesoureiro, além das diretorias locais, como fazer a luta por democracia dentro da Universidade, entre outros.

Nomes importantes como Darcy Ribeiro e Antônio Cândido estiveram envolvidos com a ADUNESP. No Congresso da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), os dois intelectuais debateram com os sindicalizados (ADUNESP) quais seriam os próximos passos, a que o sindicato se propunha, marcando o “compromisso público e as diretrizes para a formação de novas associações”. (REVISTA ADUNESP, 1996, p.8)

Guariba Neto comenta que os professores convocavam os colegas para irem a Araraquara para debaterem e organizarem-se.

A fundação foi em Araraquara; assinamos lá os documentos. A festa de comemoração foi em Marília. Lá, estava o Waldemar, a Heleieth Saffioti, a Vera Botta. Tinha o pessoal de Rio Claro, de Guaratinguetá, de Botucatu, de Assis, Prudente, Marília e São José do Rio Preto (GUARIBA NETO, 2014, p.85).

(...)

Agora, o movimento das associações também tem uma pequena história: nós fundamos a Adunesp antes da Adusp – do renascer da Adusp. Um ou dois meses antes. Eu participava das duas. Isso em 1976. Eles ficam bravos quando a gente fala, mas nós fizemos antes, em Araraquara (GUARIBA NETO, 2014, p.87).

A ADUNESP surgiria como um exemplo de possibilidade para as demais instituições, dada a sua importância em ser a primeira associação docente formada após golpe de 1964, nascendo como forma de resistência e luta, contudo, seus desafios estariam apenas começando.

A primeira chapa da ADUNESP foi composta por Ulysses Telles Guariba Neto, do campus de Assis, como presidente; Celestino Alves da Silva Júnior, de Presidente Prudente, como secretário geral e Telmo Correa Arraes, de Assis, como tesoureiro. Não apareceram chapas alternativas e, em 26 de junho de 1976, na cidade de São José do Rio Preto, foi feita a eleição: 390 votos a favor da chapa única e 34 votos em branco. Assim, Guariba foi empossado no mesmo dia e, quatro meses depois, em 14 de outubro de 1976, a ADUNESP foi registrada no Primeiro Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Araraquara.

Guariba Neto era formado em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP). Foi professor entre 1968 e 1977 na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, um dos IIES, se aposentou pelo departamento de História da USP, e dirigiu a Fundação Educacional do Município de Assis, a FEMA. Em seu depoimento Guariba comenta

que as ações da comunidade acadêmica foram muito importantes na luta pela democracia.

A universidade teve um papel fundamental nisso porque o movimento estudantil e a mobilização dos docentes deram um destaque a favor da movimentação política que levou às greves do ABC, depois à contestação do Parlamento e ao seu fechamento em dezembro de 1968 (GUARIBA NETO, 2014, p. 75).

Comenta ainda que para ele os IIES eram um pouco à parte da sociedade, vistos por parte da grande imprensa como desnecessários, mas era lá que a atividade política era intensa, como os movimentos de resistência ao golpe de 1964.

O primeiro reitor da UNESP, Luís Ferreira Martins (1976 – 1980) não facilitou as ações do sindicato. Alegou haver disparidade entre o Estatuto da UNESP e o da ADUNESP, buscando desarticular a organização. Quando os representantes da ADUNESP se organizaram para uma reunião com o reitor, foi-lhes avisado que seriam recebidos como professores e não como representantes do sindicato; ou seja, houve uma tentativa de desconstruir a organização e a identidade dos docentes enquanto sindicalizados. Em entrevista para o Jornal da Cidade de Bauru (jcnet) em fevereiro de 2017, Ferreira Martins comenta sua trajetória:

Em 1973, fui convidado pelo governo estadual a assumir a coordenação da Coordenadoria do Ensino Superior (Cesesp), à qual eram subordinados os Institutos Isolados da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, o que deu origem à Unesp, em 1976. Fiquei em São Paulo durante três, criei a Unesp e assumi o cargo de primeiro reitor da Universidade Estadual Paulista. Nesse período, também fui membro e presidente do Conselho Estadual da Educação e membro do Conselho Federal de Educação em Brasília. Entre 1979 e 1982, fui secretário estadual da Educação.

Ainda sobre a fundação da UNESP, comenta

Bom, você pegar 16 institutos, cada um com sua característica própria, e fazer disso uma universidade não é fácil. Eu tive problemas. Precisei fechar cursos. Fizemos análises para saber onde estava o grupo mais forte, e ali ficava o curso. Os demais teriam que ir para aquela cidade escolhida para sediar o determinado curso. Você já imaginou o tamanho desse problema? Isso para citar uma dificuldade que tivemos de enfrentar. A implantação da Unesp não foi fácil, mas foi a maior realização da minha vida profissional. Mas é claro que não fiz nada

sozinho. Muitos e ótimos profissionais trabalharam duro para essa realização<sup>45</sup>.

Nessa entrevista, Ferreira Martins deixou transparecer o processo de racionalização efetuado durante a formação da UNESP que cortou cursos, transferiu professores, sem levar em consideração a história dos campi e de sua comunidade. Entretanto, para alguns docentes todas essas mudanças partiam da ideia de desarticular qualquer tipo de oposição ao regime ditatorial, por isso o fim do curso de filosofia em Assis, o fim do curso de história em Marília, entre outras mudanças.

Não só Ferreira Martins, como o Conselho Estadual de Educação também foi contrário à formação da ADUNESP, visto se negou a protocolar a documentação que comprovaria a existência legal do sindicato.

Em outra entrevista, anterior à do Jornal da Cidade (de Bauru), para a REVISTA ADUNESP (1996), Ferreira Martins afirmou que faria tudo de novo, que só assim seria possível formar a UNESP. Martins possuía um currículo extenso, com cargos de alta visibilidade, dentre eles: presidente do Conselho Nacional de Educação, membro do Conselho Federal de Educação, Secretário da Educação no governo Maluf (1977-1982) e seria, anos depois, deputado federal pelo Partido Democrático Social (PDS), também fora responsável pela Coordenadoria de Ensino Superior do Estado de São Paulo (CESESP), órgão que centralizava os IIES. Martins estava presente na reunião em que foi decidida a criação da terceira universidade paulista, a UNESP, juntamente com José Bonifácio Martins Nogueira (Secretário da Educação naquele momento) e o governador estadual Paulo Egydio Martins, o que evidencia mais uma vez seus posicionamentos.

Na referida entrevista para comenta que sua ideia era reunir em um único local um grupo mínimo de docentes para construir centros de excelência, o que levaria alguns docentes a serem transferidos forçadamente do campus onde lecionavam. Ainda sobre este aspecto, reconheceu que quando se lida com pessoas, as decisões impostas, sem consulta, podem se tornar uma agressão, o que de fato foi relatado pelos docentes. Por conta destas medidas foi chamado por Nilo Odália, de *delegado da ditadura*. (REVISTA ADUNESP, 1996, p.9)

---

<sup>45</sup> MARTINS, Luiz Ferreira. Jornal da Cidade, Bauru, 19, fevereiro 2017. Entrevista da semana. <https://www.jcnet.com.br/Geral/2017/02/entrevista-da-semana-luiz-ferreira-martins.html>. Acesso em 20 dez 2017.

Nilo Odália (1929-2004) foi um dos professores dos IIES e, posteriormente, da UNESP, sendo integrante também da ADUNESP. Foi convidado em 1964, ano do golpe, para fazer parte do corpo docente da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Assis (FFCL de Assis), um dos IIES do interior paulista que contava naquela época com o curso de Letras, criado em 1959, e com o curso de História, 1962. Envolveu-se na criação dos cursos de Psicologia em 1966 e de Filosofia em 1967.

Odália também foi professor convidado na Universidade de Sorbonne I (1974-1975); presidente da ADUNESP entre 1978 e 1980, diretor da FCL de Araraquara, chefe de gabinete do reitor da UNESP em 1985, presidente da Fundunesp entre 1988 e 1989 e diretor do Arquivo do Estado de São Paulo entre 1994 e 1998.

Segue parte da entrevista de Odália<sup>46</sup> sobre os IIES e a UNESP.

Assis tinha o projeto do Amora que até certo ponto o Morejón tentou continuar. O que que era esse projeto do Amora? Era de fazer um centro de excelência no campo das Ciências Humanas. E a intenção era ir desenvolvendo lentamente. Dizia-se que para o Amora, o ideal era que na Universidade, Assis, fosse um Centro de Estudos, sem alunos para que os professores pudessem se dedicar apenas à pesquisa, e o Morejón continuou isso (p.96).

[...]

Idealizei um curso de Filosofia tal como eu achava que devia ser naquela época, saí um pouco dos padrões do que era o curso da Faculdade de Filosofia de São Paulo. Na Faculdade de Filosofia de São Paulo o curso de Filosofia era mesclado com Psicologia. No tempo que eu fiz Filosofia era Psicologia e Filosofia. Alguns se dedicavam à Psicologia outros à Filosofia, mas todo mundo tinha que fazer as duas disciplinas. Posteriormente houve uma diferenciação. Criou-se o curso de Psicologia e o curso de Filosofia (p.96).

Em 1968 o campus de Assis, ainda um IIES, promoveu um debate acerca das modificações e do momento efervescente que passávamos. Assim como outros autores e professores citados nesta pesquisa, Odália comenta que uma das possíveis intenções em levar os Fóruns de Debate para dentro do campus, era fazer com que lá eles ficassem. Comenta também sobre as transferências de cursos após a fundação da UNESP, em 1976, como, por exemplo, a transferência do curso de filosofia de Assis para Marília, e todo o projeto por ele elaborado, em conjunto com a comunidade acadêmica, se perdendo, “(...) quebrava-se tudo, quebrava-se aquilo que com muita dificuldade, quase

<sup>46</sup> CORREA, A.; DIAS, M. Entrevista com o professor Nilo Odália. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/cedem/article/view> Acesso em 03 Jul. 2017

dez anos de trabalho, estava sendo feito. Depois, cada curso fechou-se sobre si mesmo” (p.98).

Para o professor, a fundação de uma universidade sempre foi um intento dos Institutos que se perceberam, de fato, isolados, e que precisavam de maior contato e comunicação entre os campi, mas adverte que a forma como a UNESP foi criada é que foi o “problema”. Segue seu depoimento,

A criação de uma Universidade, depois de um certo período, sempre foi uma solicitação dos próprios Institutos. Eu acho que os Institutos se deram conta de que eles eram excessivamente isolados. Achavam que a solução passaria necessariamente por um reagrupamento deles. Hoje eu tenho a impressão que foi um equívoco. Foi um equívoco. Eu acho que os Institutos Isolados davam melhor conta do seu recado naquela época do que dão hoje. Tinham melhor qualidade. Todos nós éramos responsáveis pela qualidade das pessoas que a gente contratava. Isso dava um senso de responsabilidade muito grande (p. 102).

Voltando à UNESP e as ações da ADUNESP, com a necessidade de aprovar o Estatuto da universidade, a reitoria promoveu um processo eleitoral para representação do Conselho Universitário (CO), que até então funcionava provisoriamente. A chapa da ADUNESP foi derrotada pela chapa do professor João Francisco Tidei de Lima, docente da UNESP de Bauru; assim, o novo Conselho Universitário passou de provisório para legalizado, aprovando o Estatuto feito pela própria reitoria, sem debate ou consulta popular, nesse sentido, as ações da ADUNESP voltaram-se para a problematização da criação do Estatuto e a forma como seria e foi criado.

Sobre esse momento e o posicionamento dos docentes e diretores, Odália comenta:

Boa parte mostrou-se pusilânime, com o objetivo de salvar seus carguinhos. Defenderam os interesses pessoais em detrimento do ensino público e, hoje, boa parte dos problemas da universidade decorrem dessa má organização social. (REVISTA ADUNESP, 1996, p. 9)

Em fins da década de 1970, o movimento sindical ganhou força no Brasil, principalmente como expressão de resistência. Até então, a maioria dos sindicatos estava sob a intervenção da ditadura. A formação da ADUNESP se configurou como uma transformação no cenário ditatorial, inaugurando este novo período na história do

movimento (sindical); a greve dos metalúrgicos no ABC paulista é uma das principais evidências desta nova fase.

Entre janeiro e fevereiro de 1979, as associações começaram a se reunir para desenvolver um plano de ação conjunta, o que resultou em uma greve iniciada pelo Sindicato dos Professores Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP), da qual boa parte do funcionalismo público participaria. Os professores, ambos docentes de Araraquara, Marco Aurélio Nogueira e José Ênio Casalecchi<sup>47</sup>, que seria diretor da ADUNESP entre 1980 e 1982, são lembrados pela Revista como participantes ativos deste movimento.

No ano de 1981, foi realizado um seminário sobre os cinco anos da UNESP para avaliar a graduação e a pós-graduação, proposta feita pelo reitor Armando Otávio Ramos. O seminário para avaliar a graduação foi feito na cidade de Marília, e para avaliar a pós-graduação, na cidade de Botucatu. A ADUNESP, já sob a presidência de José Ênio Casalecchi, coordenou todo o processo avaliativo, porém, as pautas levantadas nestes seminários foram arquivadas e suas resoluções não praticadas, desde as análises até as novas propostas. Mesmo assim, Casalecchi considerou o processo uma conquista: “Começamos a debater a UNESP como Universidade, até ali era só uma colcha de retalhos; mais descontentamento que futuro”. (REVISTA ADUNESP, 1996, p.11)

O mandato do segundo reitor, Álvaro Ramos, acabaria em 1984 e, visando à participação popular, o Conselho Universitário publicou a Resolução UNESP 036/83, em que previa consulta à comunidade para o cargo de novo reitor, no entanto, em 16/04/1984 essa decisão foi revogada. A indicação seria feita pelo governador a partir de uma lista sêxtupla, elaborada pelo Conselho Universitário, mas sem a participação da comunidade.

A ADUNESP não aceitou silenciosamente este ato antidemocrático, buscando promover eleições diretas na comunidade; indispondo-se com o setor malufista e com o governo Montoro, lançando seu candidato a reitor em 1984. Este movimento interno caminhava paralelamente ao movimento brasileiro por eleições diretas (“*Diretas já*”).

---

<sup>47</sup>José Ênio Casalecchi (1938-2012), formado em história, teve sua vida atrelada à UNESP e à ADUNESP, foi perseguido durante a ditadura, estando ligado ao PCB.

Acompanhando as grandes mobilizações nacionais, a comunidade universitária lança seu candidato a reitor, em 1984, e compra a briga com o setor malufista e o governo Montoro. É o início da democratização da Universidade, que mudaria o perfil da UNESP. (REVISTA ADUNESP, 1996, p.12)

Eram candidatos à reitoria, Nilo Odália e Willian Saad Hossne, este, docente de Botucatu e ex-reitor da Universidade Federal de São Carlos. Segundo Reynaldo Ayer de Oliveira, colega de Saad e diretor da ADUNESP entre 1980 e 1982 e 1984 e 1986, ambos tinham as mesmas convicções, não havendo oposição.

Saad teve sua história de vida vinculada à Faculdade de Medicina de Botucatu, foi professor titular, emérito, coordenador do curso de pós-graduação, mestrado, doutorado, pós-doutorado de Bioética do Centro Universitário São Camilo em São Paulo, foi um dos grandes nomes articuladores da ADUNESP. Para o professor, a criação da UNESP foi um ponto positivo, no sentido acadêmico, de não serem mais um Instituto Isolado, pois aqueles IIES formavam uma Universidade e precisavam se assumir como tal. Assim, os IIES perderam a força administrativa que tinham antes, para fundirem-se, mas, Saad acreditava que o passado, a gênese dessas faculdades precisaria ser respeitada. Para ele, pela história da Faculdade de Medicina não era possível aceitar as arbitrariedades, era preciso ter mais liberdade. Segue seu depoimento para o livro *Tenho Algo a Dizer* (2014).

Havia no princípio o temor de que, ao fazer parte de uma universidade, a verba geral para a instituição teria que ser repartida e talvez a fatia do bolo fosse menor que aquela que a unidade conseguiria antes, quando estava isolada. Existe uma lógica neste raciocínio, mas, levando-se em conta a perspectiva de desenvolvimento harmônico das unidades, as necessidades de cada unidade seriam respeitadas independentemente de ter poder ou não. O que precisa é ter mérito para obter isso, não simplesmente porque é amigo do governador, é ligado a um ou outro partido, é fora disso (p.173).

Saad comenta os processos históricos da constituição das universidades e, diz que de forma geral, na Europa, as universidades, fenômeno da Idade Média, surgiram espontaneamente, com professores se unindo e defendendo seus interesses, comenta que na Idade Moderna e início da Contemporânea, as universidades começaram a ter maior importância, criadas por lei, bulas papais, entre outros e que aqui no Brasil tivemos o movimento inverso, especificamente no caso do estado de São Paulo, onde havia várias

faculdades isoladas, que não se conheciam e que de repente foram aglutinadas em uma universidade.

Estamos falando de 1976 e tudo aconteceu num momento importante na história da universidade no mundo. Este dado é muito importante levando-se em conta o movimento em que a gente entrou. Eu, particularmente, entrei nesse movimento não para ser reitor, mas para contribuir para uma evolução que eu sentia ser necessária.

No Brasil nós tivemos a USP de fato como a primeira universidade. Eu sou mais velho que a USP, quer dizer, a universidade é uma instituição que tem quase mil anos e eu sou mais velho que a primeira universidade brasileira efetiva. Essa USP foi criada buscando pessoas intelectuais, capacitadas de fora do País. Não tínhamos a massa crítica inicial, então foi o modelo europeu que foi copiado, vários professores vieram da Europa. Esse pessoal trouxe o respeito aos valores acadêmicos construídos no decorrer de quase mil anos.

O grande mérito da USP ao copiar o modelo europeu foi transplantar o respeito à dignidade acadêmica cultivando a autonomia, o conhecimento. Isso foi importante e deu a força à USP, que é um grande modelo para nós todos no País. Esse modelo foi muito importante, permitiu o desenvolvimento da USP, é a matriz. Mas a partir do final da década de 1960, ele começou a se mostrar um modelo desgastado, exaurido. A sociedade mudou; novos desafios estavam colocados e isso coincide com 1968 que levou a um movimento de contestação geral e a universidade começou a também contestar porque ela sentia que tinha que fazer mudanças. (p.174- 175).

Para Saad, as mudanças da década de 1960 trouxeram consigo a ideia da Reforma Universitária, quando as forças conservadoras tentaram fazer uma mudança, copiando, sem estudo, o modelo estadunidense (podemos mencionar os acordos MEC-USAID). Para ele, as mudanças eram necessárias, mas não tiveram profundidade. Ainda na visão do professor, a organização e o movimento dos professores não era somente para a eleição democrática da reitoria, era todo um projeto sobre a universidade que se queria, a disposição de tentar e mudar, de construção de um lugar juntos. Comenta também sobre as situações que viveu na UFSCAR, que também tinha uma luta por autonomia e eleições diretas.

Na consulta feita à comunidade universitária, Saad foi escolhido, somando 55% dos votos de professores, 66% dos funcionários e 61,4% dos estudantes. Odália teria 36% dos votos dos professores, 24% dos funcionários e 35% dos estudantes. Sendo assim, a luta passou a ser para que o Conselho Universitário indicasse o nome de Saad, o que de fato não ocorreu.

Segundo Saad,

A Reitoria, por sua vez, achando que ganharia esta consulta, dizia que, se fosse feita pelas entidades, não seria oficial, eles próprios fariam a consulta. O Conselho Universitário baixou uma resolução consultando a comunidade para elaboração da lista. Nós ganhamos a eleição. O Conselho Universitário a anulou, com aquela alegação. Refizeram e ganhamos de novo. Aí, fizeram a lista e não puseram o nome dos que foram eleitos. Todo o processo teve que recomeçar. Ficou claro que nós estávamos brigando por objetivos diferentes. Lutávamos pela Universidade, pela discussão da instituição. Ou seja, discutíamos a Unesp enquanto eles ambicionavam o poder. Fomentávamos e alimentávamos a possibilidade de uma discussão sobre os rumos da universidade, como ela seria, não importava quem seria o reitor. Não mais colocar em reunião do Conselho Universitário ou em congregação probleminhas de processos meramente administrativos e burocráticos, mas debater, no sentido de enriquecimento, de reanálise.

(...)

Vivíamos a fase pré-constituente, então era parte do processo a universidade lutar pela restituição da liberdade, evitar aqueles conchaves políticos, ambições, evitar a invasão do câmpus de Botucatu, com uma tropa de choque guiada pelo reitor, cercar os estudantes, os professores darem uma volta em torno dos alunos. Aquele foi um momento muito importante, não foi uma questão de eleição direta simplesmente, era algo muito mais profundo e que muita gente provavelmente não percebeu (p.179).

Saad demonstra em todas as suas falas um conhecimento e um interesse muito grande pela educação, mais que isso, por uma educação ética e democrática. Pensava a Universidade, no conhecimento do passado das faculdades, nos objetivos, na reforma. “A democratização tinha como principal objetivo evitar o obscurantismo e dar autonomia para que possa se exercitar a vida acadêmica no seu sentido mais profundo” (p.181).

(...) para mim aquela experiência de ir às unidades e conversar com a comunidade universitária foi de uma riqueza imensa. Uma pessoa uma vez me perguntou o que eu poderia fazer dentro da universidade com pessoas como ela, que era analfabeta, assim como outros colegas dela. Pois essa mesma pessoa depois coordenou um curso de alfabetização, atraiu professores da sua unidade que montaram um curso aberto, facultativo e alfabetizaram os operários que precisavam aprender a ler e escrever (p.181).

O Conselho Universitário promoveu outra eleição entre dezembro de 1983 e janeiro de 1984, mas apenas para a consulta, conforme comenta Telmo Correa Arraes; nessa nova consulta foram excluídos tanto Saad quanto Odália, desconsiderando o processo feito pela comunidade universitária; os candidatos escolhidos foram os

seguintes: Armando Otávio Ramos (buscando a reeleição), Raphael Lia Rolfsen, José Carlos Souza Trindade, Wanderley José de Melo e José Bonifácio Fonseca.

A ADUNESP entrevistou novamente, fazendo outra consulta, na qual Saad venceu novamente com 57,3% dos votos e Ramos, candidato da reitoria, com 28,5%. Entretanto, o Conselho Universitário novamente fez uma lista sem Saad, o que gerou uma manifestação levando uma caravana com 800 pessoas ao auditório do Palácio dos Bandeirantes, esperando o posicionamento de André Franco Montoro, então governador do estado de São Paulo.

Montoro declarou que o “Governo democrático de São Paulo encontrará meios legais e legítimos para fazer triunfar a justiça na UNESP, possibilitando a essa Universidade o encontro de sua verdadeira autonomia”. (FOLHA DE SÃO PAULO, 1984 apud REVISTA ADUNESP, 1996, p.14). Porém, terminado o mandato de Ramos, o Conselho Universitário deu posse para Manuel Nunes Dias como pró-reitor. Dias tinha sido diretor da Escola de Comunicações e Arte – ECA – da Universidade de São Paulo nos anos 1970.

Segundo Armando Octávio Ramos, (FOLHA DE SÃO PAULO, 1983 apud REVISTA ADUNESP, 1996, p.12-13), “mesmo considerado pelos radicais, autoritário e conservador, o Conselho Universitário democratiza e dá ao estado de São Paulo o único instrumento institucional e legal de democratização da UNESP”.

Nesse momento a universidade se polarizou em três setores: direção da universidade e Conselho Universitário (malufistas/ditatoriais); comunidade acadêmica (exigindo Saad e democracia) e por fim, o governo Montoro (buscando “acalmar” ambos os lados). Dias entrou com mandado de segurança alegando postura ilegal do governo estadual, e pediu a nomeação de um interventor para a UNESP.

Em abril de 1984 estoura a primeira greve geral; em maio o Colégio Eleitoral recusa-se a compor nova lista e 150 estudantes ocupam a reitoria na Praça da Sé em São Paulo. Michel Temer, então Secretário de Segurança Pública, tenta mediar à saída da ocupação: 58 estudantes aprovam o fim da ocupação, 50 apoiam a continuidade e 11 se abstêm.

Em junho, os campi param novamente e os alunos ocupam as diretorias de Assis, Botucatu, Ilha Solteira, Marília, Rio Claro e São José do Rio Preto. Em São Paulo, no

dia 02 de junho, policiais cercam 80 estudantes no Instituto de Artes de São Paulo e, dois dias depois, a polícia desaloja os estudantes de Ilha Solteira. Para “solucionar” a situação, no mês seguinte Montoro nomeia como reitor temporário Jorge Nagle, docente da área de Educação de Araraquara; a esperança era que Nagle organizasse a situação para que Saad pudesse assumir.

Manuel Nunes Dias deu a seguinte declaração para o jornal Folha de São Paulo:

Quando cheguei à reitoria, às nove horas da manhã, encontrei o professor Nagle e uma multidão em minha antessala. Convidei-os a acomodar-se em meu gabinete e daí a pouco ele se instalou em minha poltrona. (FOLHA DE SÃO PAULO, 1984 apud REVISTA ADUNESP, 1996, p.15).

Em 16 de janeiro de 1985, Nagle convoca o colégio eleitoral e surge uma nova lista com seu próprio nome, além do de Saad. E, contrariando as expectativas da comunidade universitária, Montoro nomeia Nagle como reitor definitivo, instaurando uma nova crise. Antônio Quelce Salgado, à época presidente da ADUNESP, opõe-se à medida do governador e pede a renúncia de Nagle, com apoio de outros setores, como o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES).

Segundo Nader Wafae, vice-presidente da ADUNESP, “a ANDES está solidária com os segmentos da comunidade da UNESP e lamenta o ato do governador que se diz democrata e toma uma atitude autoritária, faltando com seu compromisso”. (DIÁRIO POPULAR, 1985 apud REVISTA ADUNESP, 1996, p.16).

Em novembro de 1984, Nagle inicia a reformulação dos Estatutos da UNESP em um Simpósio na cidade de Botucatu, com apoio da ADUNESP. Como pauta do Simpósio constam: relações com sociedade e Estado, regime de trabalho e carreira e estrutura de poder. Após o Simpósio fica convocado um congresso na cidade de Araraquara, que ocorre em maio (1ª etapa), e junho (2ª etapa) de 1985, com uma Comissão Paritária, composta por cinco membros de cada segmento para formar o anteprojeto do Estatuto: Lúcia Helena Lodi, Reynaldo Ayer de Oliveira, Geraldo Élvio Balestriero e Antônio Quelce Salgado representando a ADUNESP, e como juristas, Hélio Bicudo e Dalmo Dallari.

Em fins de 1987, o anteprojeto foi remetido ao Conselho Universitário que levou mais ou menos um ano para discuti-lo; Nagle opta pela indicação de uma comissão para analisá-lo. Em janeiro de 1989, o projeto foi referendado pelo Conselho Estadual de

Educação e, em março, entrou em vigor, já na gestão de Milton Barbosa Landim, novo reitor.

Lúcia Helena Lodi, presidente da ADUNESP (1988-1992), comenta na revista que a sensação deixada foi a de que as determinações do Congresso não foram respeitadas, ainda que algumas ideias estivessem no Estatuto. Emanuel Rocha Woiski, presidente da ADUNESP em 1996, discorda de Lodi, afirmando que o Estatuto original havia “virado pó” e só se discutia o substituto de Nagle. Woiski acredita que as derrotas aconteceram porque a comunidade já se encontrava desmobilizada, pois a própria ADUNESP apoiava o Substitutivo Nagle. Para Quelce (presidente da ADUNESP entre 1984-1986), o Estatuto foi um retrocesso e uma traição; para Ayer não foi traição, pois considera o Estatuto aprovado muito melhor do que o que já existia como se fosse um avanço na representação dos professores. (REVISTA ADUNESP, 1996, p.19)

Woiski questiona o papel da ADUNESP no processo do Estatuto, avaliando que “se apresenta como representação de classe, mas se instrumentalizava em favor da reitoria”. (REVISTA ADUNESP, 1996, p.19). O grupo Nagle possuía docentes de todos os campi, inclusive os mais à esquerda, segundo Maria Valéria Barbosa Veríssimo, vice-presidente da ADUNESP entre 1992 e 1994.

O fato de a ADUNESP estar ligada à reitoria causou desconfiança por parte dos docentes. Suas ações, segundo Woiski, eram vistas como “aspirações em massa canalizadas e controladas pelas elites que se recompuseram a custa da destruição da vontade popular” (REVISTA ADUNESP, 1996, p.19). Woiski ainda complementa: “houve um abandono pragmático das aspirações da comunidade em troca do que a direção da ADUNESP considerou como mal menor”. (REVISTA ADUNESP, 1996, p.19)

Diferentemente da época da formação da ADUNESP, quando houve luta contra a repressão, ditadura e autoritarismo, a década de 1990 pareceu para os docentes como que dispersa: “a política neoliberal empurra as pessoas para a busca de soluções individuais”. (REVISTA ADUNESP, 1996, p.27)

Ainda de acordo com a revista, durante seus primeiros doze anos a ADUNESP não teve sede, recursos e funcionários (a sede acaba sendo o campus do presidente em exercício). A situação só melhora com a mensalidade de 1% e dos repasses regionais (estabelecido no Segundo Congresso da ADUNESP em 1994).

O processo de democratização nacional continua em voga, a democracia é algo “delicado” em nosso país, temos um histórico de golpes, golpe para iniciar a República (1989), golpe em 1930, iniciando o que conhecemos por Era Vargas, golpe em 1964. Então falar em democracia ou em processos democráticos é algo urgente. Não só nas questões políticas macro, como nas pequenas relações institucionais.

Ao longo da trajetória da ADUNESP, neste período que compreendemos como uma primeira fase, de sua fundação até a luta por participação interna, em consonância com as lutas nacionais, percebemos a dificuldade que foi organizar um sindicato multicampi e como as histórias de vida é que vão se incorporando à história da ADUNESP.

## CONCLUSÃO

Nesta pesquisa procurei resgatar a história da formação da ADUNESP e suas lutas sindicais no período ditatorial (1964-1985). Para tanto foi necessário voltar às décadas de 1950 e 1960, quando da expansão do ensino superior pelo estado de São Paulo até a fundação da UNESP em 1976 e então a formação da ADUNESP, também em 1976.

A ADUNESP foi a primeira associação após o golpe de 1964, associação porque pela Constituição nenhum servidor público poderia sindicalizar-se, tanto que o ANDES surge depois, em 1981, cinco anos após a fundação da ADUNESP, quando já estava em curso o processo de abertura política *lenta, gradual e segura*. Após a Constituição de 1988 o ANDES passou a ser Sindicato Nacional dos Docentes da Instituição do Ensino Superior, estando a ADUNESP ligada a ele, assim como adusp e adunicamp.

Os Institutos Isolados de Ensino Superior (IIES) fizeram parte de um projeto previsto na Constituição do Estado de São Paulo de 1947, onde se intencionava expandir o Ensino Superior pelo interior do Estado. A partir da década de 1950 foram criadas as faculdades destinadas em certa medida aos jovens das cidades onde eram instituídas, fazendo parte também, por vezes, de jogos políticos.

Os professores que formariam os IIES eram recém-formados pela USP, e buscavam espaço na carreira acadêmica; assim, iriam para o interior muitos professores que encontrariam pelo caminho tradições, por muitas vezes, mais conservadoras que as da capital.

O período da criação dos IIES contempla a crise dos chamados governos populistas brasileiros (décadas de 1950 e 1960), e também o início da ditadura militar (1964 -1985). Foram criadas as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) pelo interior, que seriam integradas em 1976, no governo de Paulo Egydio Martins, na Universidade Estadual Paulista, UNESP.

A ideia das décadas passadas era a de um *Brasil grande potência*, com um projeto paulistocêntrico, se é que se pode dizer dessa forma. Unificar os IIES foi, segundo nossa análise, uma medida de controle e de padronização, levando à criação da UNESP, uma proposta “verticalizada”, negociada pela elite do estado de São Paulo com os líderes políticos que estavam no poder.

Ainda nesse contexto, percebemos a racionalização da educação dentro do projeto do Estado Capitalista, que visa padronizar e cortar gastos. A criação da UNESP é a criação de uma universidade com baixo custo, que se “beneficiou” dos IIES que já existiam. Porém, não levou em consideração a história daqueles institutos, mudando cursos de campus, transferindo professores, entre outras ações que foram mencionadas ao longo da pesquisa.

Em relação a USP, um ponto a se relevar é que por mais que se fale sobre a verba que lhe faltava por conta dos Institutos, cabe-nos mencionar que foram seus “filhos” que formaram o corpo docente dos Institutos, levando sua metodologia, ideologia e, nesse sentido, podemos pensar na UNESP como “filha” da USP.

Assim, a UNESP nasceu como uma instituição bastante complexa, somente ela e a Universidade Estadual da Bahia (UEBA) possuíam campi espalhados pelo interior do estado, gerando, do ponto de vista sindical, mais uma complexidade, visto que em outras universidades o sindicato está concentrado, (e o da UNESP, ramificado). Na década de 1970 esta situação era bastante difícil, há que se pensar nos meios de locomoção de um campus para o outro, nas assembleias e debates, já era uma “luta” atravessar o estado para ir de um campus a outro, mesmo que perto, como Assis e Marília, as condições das rodovias não facilitavam.

A consciência de que era necessário se unir e lutar foi sendo forjada ao longo da história dos Institutos. As experiências de vida de cada um dos docentes, suas histórias que, em conjunto, deram forma ao sindicato, foi resgatada aqui com os depoimentos dos docentes que foram mencionados durante a pesquisa. Muitas vezes, situações “isoladas” de alguns docentes, específicos dos momentos autoritários, é que vão dando identidade ao grupo, tornando-se memória coletiva, até que a associação toma forma e se “transforma” em órgão institucional de luta coletiva, não que não nasça com esta motivação, mas existe um percurso do imaginar-se até o ser.

A reorganização dos campi significava o fechamento e transferência de cursos, como mencionado, era a ideia de racionalização, sem duplicação cursos, eliminando esta possibilidade, principalmente, nas cidades mais próximas. A reorganização também foi uma estratégia de quebra de posicionamentos políticos tidos como subversivos e de agrupamentos, deslocando professores sem nenhum tipo de acordo com a comunidade

acadêmica, tudo isso negociado entre os diretores e os reitores, nos “bastidores” e a comunidade era apenas comunicada sobre a decisão.

Como visto no primeiro capítulo, a consciência se forma à partir das experiências vividas, das condições materiais, assim sendo, foi toda esta conjuntura interna aos Institutos, somadas à conjuntura nacional de autoritarismo, que engendrou a formação da consciência dos docentes e então do sindicato da UNESP, pioneira em sua organização sindical, o que merece destaque, visto a USP ser da década de 1930 (ADUSP – 1976) e a UNICAMP da década de 1960 (ADUNICAMP – 1977).

A partir da consciência de classe entre os docentes, em um momento histórico onde houve a cessão dos direitos civis e políticos, a ADUNESP reivindicou melhorias nas condições de trabalho, no salário e buscou espaço para a participação na gestão universitária, de forma democrática, contrariando a ordem instituída. Assim, a ADUNESP participou de processos políticos que estiveram ligados à resistência contra a ditadura e ao processo de democratização universitária e brasileira, constituindo-se como sujeito político coletivo.

Havia, naquele momento, perseguição à esquerda, perseguição aos professores dos IIES, aquilo que fosse minimamente para a esquerda era visto como *comunista*. Durante a década de 1970 surgem as primeiras ocupações de terras no Brasil, temos as greves do ABC paulista, da APEOESP congregando os funcionários públicos.

Assim, podemos concluir que aqueles que formaram a ADUNESP estavam lutando tanto no campo interno quanto no externo, no interno era democratizar a Universidade, o Estatuto da UNESP, manter cursos e professores, enfrentando a reitoria e as direções autoritárias, no campo externo, recompor a democracia no país; o que fica claro também é que lutar contra a ditadura é diferente de lutar contra o capitalismo, muitos dos professores citados eram contra a ditadura, não necessariamente lutavam contra as injustiças do capitalismo; ser a favor da democracia não é “ser de esquerda”.

**ANEXO A****Lista de chapas dirigentes da ADUNESP entre 1976 e 1986<sup>48</sup>.****1976/1978**

Presidente: Ulysses Telles Guariba Netto.

Secretário: Celestino Alves da Silva Junior.

Tesoureiro: Telmo Correia Arrais.

Conselho Fiscal: Danilo Eleutério, Waldemar Saffioti e Ivan Vieira.

**1978/1980**

Presidente: Nilo Odália.

**1980/1982**

Presidente: José Ênio Casalecchi.

Secretário-Geral: Cirano Rocha Leite.

1º Secretário: Francisco Graziano Neto.

2º Secretário: Reinaldo Ayer de Oliveira.

Tesoureiro-Geral: Telmo Correia Arrais.

1º Tesoureiro: José Roberto Ruggiero.

2º Tesoureiro: Ubirajara Rocha Ferreira.

**1982/1984**

Presidente: Telmo Correia Arrais.

Vice-Presidente: Cirano Rocha Leite.

Secretário-Geral: Nilo Odália.

1º Secretário: Normam M. Potter.

2º Secretário: João Lima.

Tesoureiro-Geral: Alceu Dias Lima.

1º Tesoureiro: Geraldo Élvio Balestriero.

2ª Tesoureira: Vera Lúcia S. Botta Ferrante.

**1984/1986**

Presidente: Antônio Quelce Salgado.

Secretário-Geral: Reinaldo Ayer de Oliveira.

1º Secretário: João Bosco Faria.

2º Secretário: Cláudio Antonio Rabello Coelho.

Tesoureiro-Geral: José Roberto Tozoni Reis.

1º Tesoureiro: Ernesto Ferreira Nobre Junior.

2º Tesoureiro: Ubirajara Rocha Ferreira.

---

<sup>48</sup> Disponível em: <[http://www.adunesp.org.br/index.php?pg=entidade\\_anterior](http://www.adunesp.org.br/index.php?pg=entidade_anterior)>. Acesso em 15 dez. 2016.

## REFERÊNCIAS

ALBERDI, Verena. Manual de História oral. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALMEIDA, D. M.; FERREIRA JUNIOR, A. As pesquisas sobre o associativismo docente no Brasil: o que dizem as produções acadêmicas nacionais? In: BAUER, C. et al. (Org.). Sindicalismo e associativismo dos trabalhadores em educação no Brasil. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

BAUER, Carlos. A classe operária vai ao campus: esboço de uma história social, trabalho precário, resistência e ousadia na universidade brasileira contemporânea. São Paulo: Sudermann, 2010.

\_\_\_\_\_ et alii. Sindicalismo e associativismo dos trabalhadores em educação no Brasil. Jundiaí: Paco Editorial, v. 2, 2015.

BOSI, Ecléa. O tempo vivo da memória. Ensaio de Psicologia Social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

CARVALHO, J. M. Cidadania no Brasil: o longo caminho. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CORREA, A. M. M. Institutos isolados, UNESP e Ditadura. In: Tenho algo a dizer. Memórias da UNESP na ditadura civil-militar (1964-1985). 1. ed. Bauru: Cultura Acadêmica, 2014a, p. 41-54.

CORREA, A. M. M. Relatório parcial da Comissão da Verdade da UNESP. 2014b.

DAL ROSSO, Sadi. Mais trabalho!: A intensificação do labor na sociedade brasileira. São Paulo: Boitempo, 2008.

\_\_\_\_\_. Elementos para a teoria do sindicalismo no setor da educação. In: DAL ROSSO (Org). Associativismo e sindicalismo em Educação – organização e lutas. Brasília: Paralelo 15, 2011.

FERREIRA, M. O. V. Somos todos trabalhadores em Educação? Reflexões sobre identidades docentes desde a perspectiva de sindicalistas. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 32, n. 2, p. 225-240, Aug. 2006.

FERREIRA JR., Amarílio; BITTAR, Marisa. Proletarização e sindicalismo de professores na ditadura militar (1964 – 1985). São Paulo: Pulsar, 2006.

FRIGOTTO, G. 1989. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani (Org.). Metodologia da pesquisa educacional. São Paulo: Cortez, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva. Um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 4ªed. São Paulo: Cortez, 1993.

GINDIN, Julián; MELO, Savana Diniz Gomes. A internacionalização do debate sobre o sindicalismo dos trabalhadores em educação na América Latina. In: DAL ROSSO (Org.). Associativismo e sindicalismo docente em educação. Organização e lutas. 1 ed. Brasília: Paralelo 15, 2011, v., p. 265-282.

GINDIN, J. et alii. Associativismo e sindicalismo em educação: teoria, história e movimentos. Brasília: Paralelo 15, 2013.

\_\_\_\_\_. Os estudos sobre sindicalismo docente na América Latina e no Brasil. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL PARA DISCUSSÕES DE PESQUISAS: associações e sindicatos dos trabalhadores em educação, 2009, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: IUPERJ/UFRJ/UnB, 2009.

HIRO, Cássio Diniz. História e Consciência de Classe na Educação Brasileira: Lutas e desafios políticos dos trabalhadores em educação de Minas Gerais (1979 – 1983). Dissertação de mestrado. Uninove: São Paulo, 2012.

IASI, Mauro Luís. Ensaio sobre Consciência e Emancipação. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LACAN, J. Séminaire 1. Paris: Seuil, 1981.

LOPES, S. F.; BAUER, C. Presença do associativismo das universidades estaduais paulistas na história do sindicalismo educacional latinoamericano. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação. Araraquara. V. 10, n. 4, 2015.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. 2. ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2013.

- LUKÁCS, G. Para uma ontologia do ser social II. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MANCEBO, D. Trabalho docente na educação superior: problematizando a luta. In: DAL ROSSO, S. (Org.). Associativismo e Sindicalismo em Educação. Organizações e lutas. Brasília, Paralelo 15, 2011.
- MARX, K; ENGELS, F. A ideologia alemã. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- MARX, K. A miséria da filosofia. São Paulo: Global, 1985.
- MARX, K. Contribuição à crítica da economia política (coleção Grandes Cientistas Sociais). São Paulo: Ática, 1987.
- MASSABNI, Antonio Carlos; MELIOS, Cristo Bladimiro; FRANCO, Douglas Wagner. In memoriam. Quím. Nova, São Paulo, v. 22, n. 4, p. 630-631, July 1999 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-40421999000400024&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-40421999000400024&lng=en&nrm=iso)>. access on 20 Mar. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-40421999000400024>.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. As universidades e o regime militar. Cultura política brasileira e modernização autoritária. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n°10, 1993.
- NUÑEZ, I. Sindicatos de maestros, Estado y políticas educacionales en América Latina. In: FRANCO, M.L.; ZIBAS, D. (Org.). Final do século: desafios da educação na América Latina. São Paulo: Cortez; CLACSO-REDUC, 1990, p. 39-59.
- PORTELLI, Alessandro. O que faz a História Oral diferente. Proj. História, São Paulo (14), fev. 1997.
- SAES, Décio Azevedo Marques de. Estado e Democracia: ensaios teóricos. Campinas, IFCH/Unicamp, 1998.
- TARROW, Sidney. O poder em movimento. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2009.
- THOMPSON, E. A miséria da teoria ou um planetário de erros. Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

THOMPSON, E. A formação da classe operária inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E. P. Algunas observaciones sobre clase y falsa consciência. In: Revista História Social. Instituto de História Social. U.N.E.D. Valencia: Primavera-Verano: nº10, 1991, p. 27-32.

VAIDERGORN, J. As Seis Irmãs: as FFCL do interior paulista. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2003.

VALLE, M. R. do et al. Tenho algo a dizer. : Memórias da UNESP na ditadura civil-militar (1964-1985). São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.